



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)

IPUAÇU

30 anos de emancipação política

Clori Peroza

Prefeita Municipal

Nelson Brisola

Vice-Prefeito(a)

Raqueli Biasotto

Secretária Municipal de Saúde

Edegar Santin

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Valdecir Cunico

Secretário Municipal de Infraestrutura

Nelci Nicolao Mocellin

Secretária Municipal de Assistência Social

Renato Samuel Pedroso

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

2022



1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0	10/11/2022	Atualização	Renato
Revisão 1			
Revisão 2			
Revisão 3			

2. Compartilhamento do plano via SGPe

Local	Responsável	N° do Processo



3. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretária Municipal de Saúde	Raqueli Biasotto	saude@ipuacu.sc.gov.br	(49)99825-8942
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitaria)	Renato Samuel Pedroso	resatosamuelpedroso2@gm ail.com	(49)99933-8371

4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes	
I.	RENATO SAMUEL PEDROSO
II.	CAROLINA VAZ DIAS (Enfermeira)
III.	ANDRESSA FACCO FROSI (Farmacêutica)
Colaboradores	
I.	WESLEN AUGUSTO MÖLLMANN (Coordenador da Defesa Civil Municipal)
Revisores	
I.	RAQUELI BIASOTTO (Secretária de Saúde)



Sumário

Apresentação.....	5
1.1 Objetivo Geral.....	5
1.2 Objetivos Específicos	5
2. Marco legal e normativo	6
3. Caracterização do Município.....	8
3.1 Aspectos Sociais e Econômicos	10
3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	10
3.3 Características físicas	10
3.3.1 Clima.....	10
3.3.2 Pluviometria.....	11
3.3.3 Pedologia.....	13
3.4 Hidrografia	22
3.5 Saúde	24
3.6 Assistência Social.....	35
3.7 Segurança	36
3.8 Obras.....	36
4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos	36
5. Gestão de Risco em Desastres	47
5.1 Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE.....	49
5.2.1 Redução de riscos.....	53
5.2.2 Resposta.....	54
5.2.3 Recuperação	55
6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.	55
6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES).....	55
6.2 Sala de situação	55
7. Informações à população.....	56
8. Capacitações.....	56
9. Referências.....	58
10. Anexos.....	59



Apresentação

Este plano contém as ações e procedimentos a serem realizados em caso de evento adverso no Município, que resulte na ocorrência de danos humanos à população, com principal enfoque na saúde pública.

1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

A Secretaria Municipal de Saúde de Ipuação apresenta o Plano Municipal de Vigilância para Emergências em Saúde Pública – VIGIDESASTRES - Módulo Inundações, objetivando manter o acolhimento à população atingida pelos eventos adversos, bem como para intensificar ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, buscando minimizar o impacto e os riscos decorrentes das situações adversas provocados por desastres naturais sobre a saúde pública.

1.2 Objetivos Específicos

Prevenir riscos futuros: com a formulação de políticas e ações de saúde sobre os processos de determinação social dos riscos de desastres e de seus impactos sobre a saúde. Demanda articulação intersetorial, particularmente com a gestão ambiental e territorial, para limitar não só a ocupação de áreas de riscos por habitações e estabelecimentos industriais, agrícolas e comerciais, mas também das unidades de saúde. Envolve a articulação das políticas de saúde com um conjunto de políticas públicas relacionadas aos determinantes e condicionantes da saúde, como as de geração de emprego e renda, educação, habitação, meio ambiente, entre outras, que possibilitem que as pessoas vivam em lugares e habitações saudáveis e seguras.

Reduzir riscos existentes: as ações de prevenção em saúde que já são realizadas devem estar integradas com as de prevenção de riscos de desastres e de surgimento de novas doenças e agravos, evitando ou reduzindo a sobreposição de riscos à saúde.

Preparar as respostas: com o objetivo melhorar a capacidade de resposta na atenção e na vigilância em saúde e evitar que ações inadequadas produzam um segundo desastre (potencializando doenças e agravos já existentes, bem como gerando outros problemas que



poderiam ser evitados com medidas preventivas), intensificando os impactos do desastre e comprometendo as ações de recuperação e reconstrução.

Responder ao desastre e reabilitar as ações de vida: ações de cuidado e atenção para os que sofrem agravos e doenças imediatas, bem como ações de vigilância e monitoramento para implementação imediata de medidas de controle e prevenção de novos fatores de riscos que são gerados por um desastre, como por exemplo doenças geradas pelo acesso à água e a alimentos contaminados, bem como por vetores e hospedeiros de doenças no pós-desastre.

Recuperar e reconstruir a comunidade: proporcionando a continuidade de ações de atenção para recuperação e reabilitação da saúde no pós-desastres em consonância com ações de vigilância em saúde como, também, articulá-las com as medidas de reconstrução da comunidade. Recuperar, reabilitar e reconstruir são ações que devem ser realizadas com o objetivo de transformar o desastre em lição e oportunidade para desenvolver e aplicar medidas para reduzir o risco de desastres futuros e tornar as comunidades mais resilientes, promovendo a saúde por meio da sustentabilidade ambiental e equidade social.

2. Marco legal e normativo

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
- Portaria nº 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Decreto nº 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional , acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.
- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”.
- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.

3. Caracterização do Município



Fonte: wikipedia.org/wiki/Ipuaçu (Santa Catarina), 2018



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O município de Ipuauçu situa-se na Mesorregião Oeste – Microrregião do Alto Irani do Estado de Santa Catarina.

Ocupando a latitude 26°37'53.0"S e a longitude de 52°27'18.0"W, estando a uma altitude de 720 metros acima do nível do mar. Sua população é de 7.400 habitantes (IBGE, 2017) e previsão para 2019 é de 7.900 habitantes. De relevo ondulado, seu território apresenta uma extensão de 261,391 km² e densidade demográfica de 26,02 hab./km² (IBGE, 2010), com a maioria da população concentrada na área Rural.

O clima do município é do tipo mesotérmico úmido, classificado como Cfa segundo a escala de Köppen e Geiger, com a temperatura média girando em torno de 18.0 °C. Em Ipuauçu existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano, com média anual de 2.100 mm e mesmo no mês mais seco a pluviosidade é alta. O mês mais seco é novembro, com 120 mm de precipitação e o mês de Outubro é o mês com maior precipitação, apresentando uma média de 215 mm.

O município de Ipuauçu está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Chapecó, que apresenta vários córregos tributários desse importante curso de água. Várias áreas planas adjacentes ao leito do Chapecó encontram-se antropizadas, com ocupação urbana consolidada. As edificações existentes nessas áreas, que são de natural aporte hídrico quando em períodos de chuvas fortes e continuadas, são atingidas por inundações lentas, graduais e recorrentes, submetendo seus ocupantes a riscos e agravos à sua saúde. Além destas áreas, observou-se também algumas outras de ocupação muito próxima aos córregos que cortam o município, cujos aterros efetuados nos terrenos promovem o estrangulamento desses cursos naturais, expondo as ocupações a eventos de inundações sazonais condicionadas pelo regime de chuvas incidentes na bacia.

Ao todo, o município apresenta 9 (nove) áreas de risco relacionadas a inundações, em parte decorrentes das ações antrópicas que tornaram essas áreas variáveis de alto a muito alto risco, cuja descrição detalhada será feita adiante. As chuvas de granizo, vendavais, estiagens, ondas de frio e de calor e chuvas fortes e continuadas são também fatores de risco que podem ocorrer eventualmente e apresentar grau de risco variável, representando prejuízos econômicos ao município e, especialmente, danos e agravos à saúde da população residente.

Considera-se ainda como fator de risco os acidentes com produtos perigosos, tais como o transporte, o armazenamento e o manuseio de combustíveis, gases medicinais ou



industriais, frigoríficos, depósitos e aplicação de agrotóxicos, oficinas, galvanoplastias e outras que podem gerar danos e agravos à saúde da população.

3.1 Aspectos Sociais e Econômicos

O município de Ipuacu, por ser de pequeno porte e predominantemente agrícola, possui como principais aspectos socioeconômicos a pecuária, com Bovinocultura de leite e corte; na Avicultura e Suinocultura, por conta da integração dos agricultores com as agroindústrias do Município e região.

Na produção agrícola, destaca-se as culturas de milho, soja, feijão e trigo.

No campo da Indústria o Município conta com Cooperativas; Frigoríficos de aves e suínos e indústria de subprodutos de origem animal.

As pequenas propriedades da agricultura familiar desenvolvem a produção de alimentos que são fornecidos para programas de merenda escolar e kit de alimentos para o Programa Alimenta Brasil. Além disso, mensalmente é realizada a feira municipal de produtos agrícolas.

A cidade também se destaca na produção de eventos culturais, com amostras culturais de danças e coral de música italiana.

Outro ponto que se destaca no município é a Reserva Indígena Xaçepó, onde os indígenas produzem artesanatos e produtos orgânicos para venda na feira municipal.

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Segundo o IBGE, o IDH do Município de Ipuacu é de 0,660, de acordo com o censo realizado em 2010.

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/ipuacu.html>

3.3 Características físicas

3.3.1 Clima

Histórico de desastres de origem climatológica vide item 4



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA		
1. NATURAIS	4. Climatológico	1. Seca	1. Estiagem	0	Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	1.4.1.1.0		
		2. Seca		0	A seca é uma estiagem prolongada, durante o período de tempo suficiente para que a falta de precipitação provoque grave desequilíbrio hidrológico.	1.4.1.2.0		
		3. Incêndio florestal	1. Incêndios em parques, áreas de proteção ambiental e áreas de preservação permanente nacionais, estaduais ou municipais			Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação situada em áreas legalmente protegidas.	1.4.1.3.1	
			2. Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar			Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação que não se encontre em áreas sob proteção legal, acarretando queda da qualidade do ar.	1.4.1.3.2	
		4. Baixa umidade do ar			0	Queda da taxa de vapor de água suspensa na atmosfera para níveis abaixo de 20%.	1.4.1.4.0	

Link do COBRADE: <http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/formularios/COBRADE.pdf>

3.3.2 Pluviometria

De acordo com a Defesa Civil de Santa Catarina, a média anual de chuva prevista para o Município é de 2067 mm.

Abaixo tem-se a média de acordo com cada mês do ano:

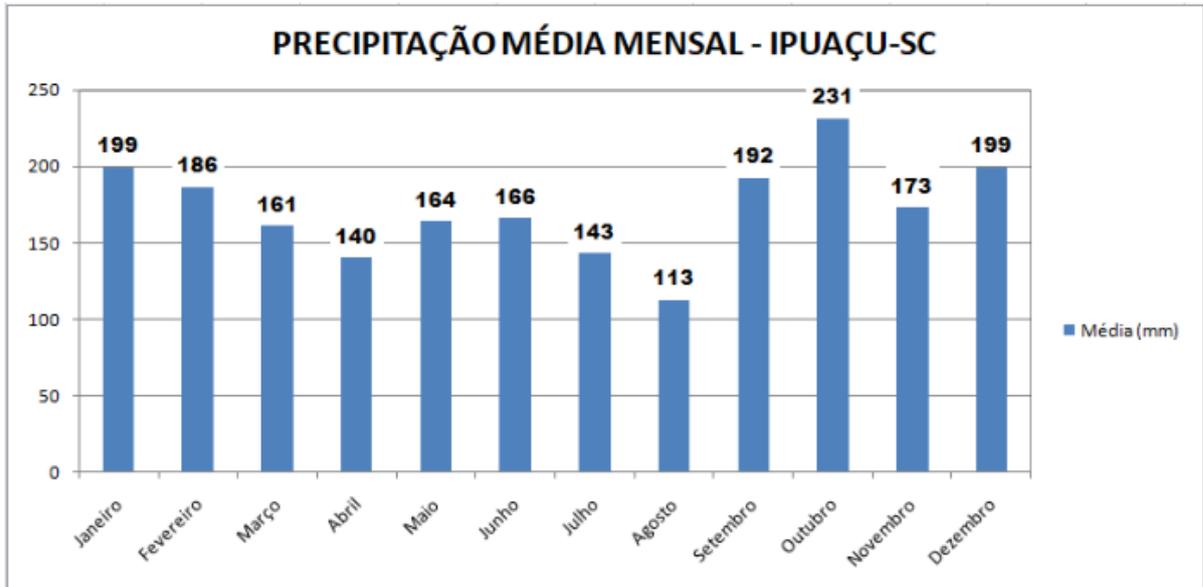
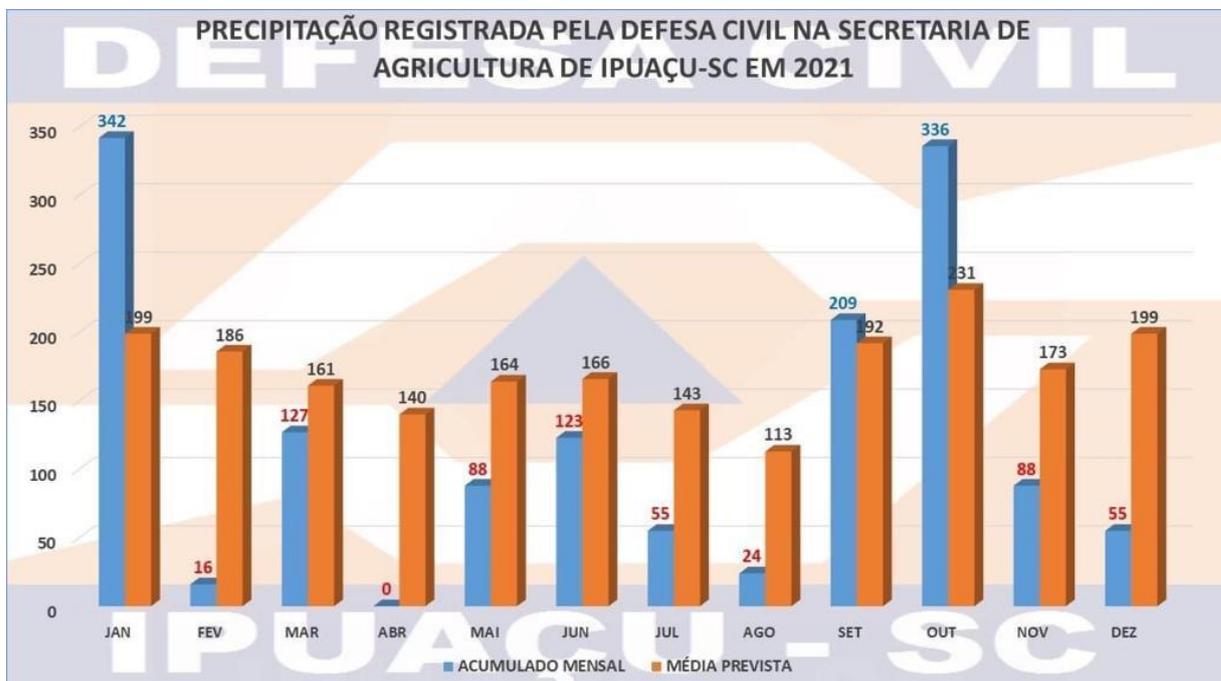


Figura 1. Climatologia do acumulado médio mensal de precipitação para o município de Ipuacu-SC.

Ainda, podemos destacar a precipitação registrada no ano de 2021, onde a Defesa Civil Municipal realizou a medição através de pluviômetro manual instalado na Secretaria de Agricultura, onde foram registrados 1463 mm durante o ano, sendo registrado um déficit superior a 600 mm:





3.3.3 Pedologia

De acordo com levantamento realizado pelo Serviço Geológico do Brasil- CPRM, o Município possui as seguintes áreas de risco com as seguintes suscetibilidades:

► **ÁREA DE RISCO 1**

► **Localização: Rua Balena**

Ficha Complementar de Análise de Risco: SC_IPUACU_SR_1_CPRM
Rua Balena - Frigorífico JMS.

► **UTM - 22J, 355811.12 m E, 7053424.28 m N (SIRGAS 2000)**



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2018.

Caracterização: Este setor compreende edificações inseridas a planície de inundação de um córrego que corta o município. Estas planícies são locais de natural escape de aporte hídrico em resposta a períodos de cheia. Quanto as edificações estas possuem histórico de inundações com certa periodicidade. Observou-se também rompimento de pista da via loca. Sistemas de drenagem inadequados podem ser agravantes em eventos de inundação

► **Evento:** Inundações

► **Risco:** Alto Risco.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- ▶ **Edificações expostas: 06**
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 24 pessoas

Observação: O número de pessoas e moradias é aproximado e variável, dependendo da intensidade do evento adverso. Os locais que atualmente não possuem moradias, ou cujas moradias estejam fora do polígono de risco, mas claramente pertençam à área de influência das inundações, no futuro podem enfrentar os riscos inerentes ao setor, fator que pode ser agravado caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

ÁREA DE RISCO 2

Localização: SC_IPUACU_SR_2_CPRM
Rua vicinal entre Rua Balena e Rua Belivaquia
UTM - 22J, 355607.07 m E, 7053739.84 m N (SIRGAS 2000)



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2018.

Caracterização: Este setor compreende edificações inseridas a planície de inundação de um córrego que corta o município. Estas planícies são locais de natural escape de aporte hídrico em resposta a períodos de cheia. Quanto as edificações estas possuem histórico de inundações com certa periodicidade.

- ▶ **Evento:** Inundações
- ▶ **Risco:** Alto Risco.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- ▶ **Edificações expostas:** 01
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 04 pessoas

Observação: Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

▶ **ÁREA DE RISCO 3**

Localização: SC_IPUACU_SR_3_CPRM, Rua Migliorini

- ▶ **UTM - 22J, 355283.82 m E, 7054038.95 m N (SIRGAS 2000)**



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2018.

Caracterização: Observa-se neste setor ocupação por meio de aterro sobre nascente e pequeno córrego. Esta estrangulação de drenagem facilita a supersaturação do terreno levando a eventos de inundação. Quanto as edificações estas possuem histórico de inundações com certa periodicidade com laminais d'água registradas de aproximadamente 1m de altura. Observou-se também descarte de águas servidas de maneira inadequada.

- ▶ **Evento:** Inundações
- ▶ **Risco:** Alto Risco.
- ▶ **Edificações expostas:** 10



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 40 pessoas

Observação: Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

▶ **ÁREA DE RISCO 4**

Localização: SC_IPUACU_SR_4_CPRM

Distrito de São Miguel - Margem esquerda do rio Samburá

- ▶ **UTM - 22J, 347870.27 m E, 7046941.33 m N (SIRGAS 2000)**



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2018.

Caracterização: É observado neste setor, a construção de residência sobre a planície de inundação da margem esquerda do rio Samburá, Estas planícies são áreas adjacentes aos rios que recebem aporte hídrico em períodos de cheia, logo em épocas de grande precipitação ou chuvas estacionárias podem levar a eventos de inundação desta área. Fatores que corroboram e que possam gerar situações de agrave é a ocupação sem a devida infra-estrutura como sistemas de drenagem pluvial e redes de esgoto.

- ▶ **Evento:** Inundações
- ▶ **Risco:** Alto Risco.



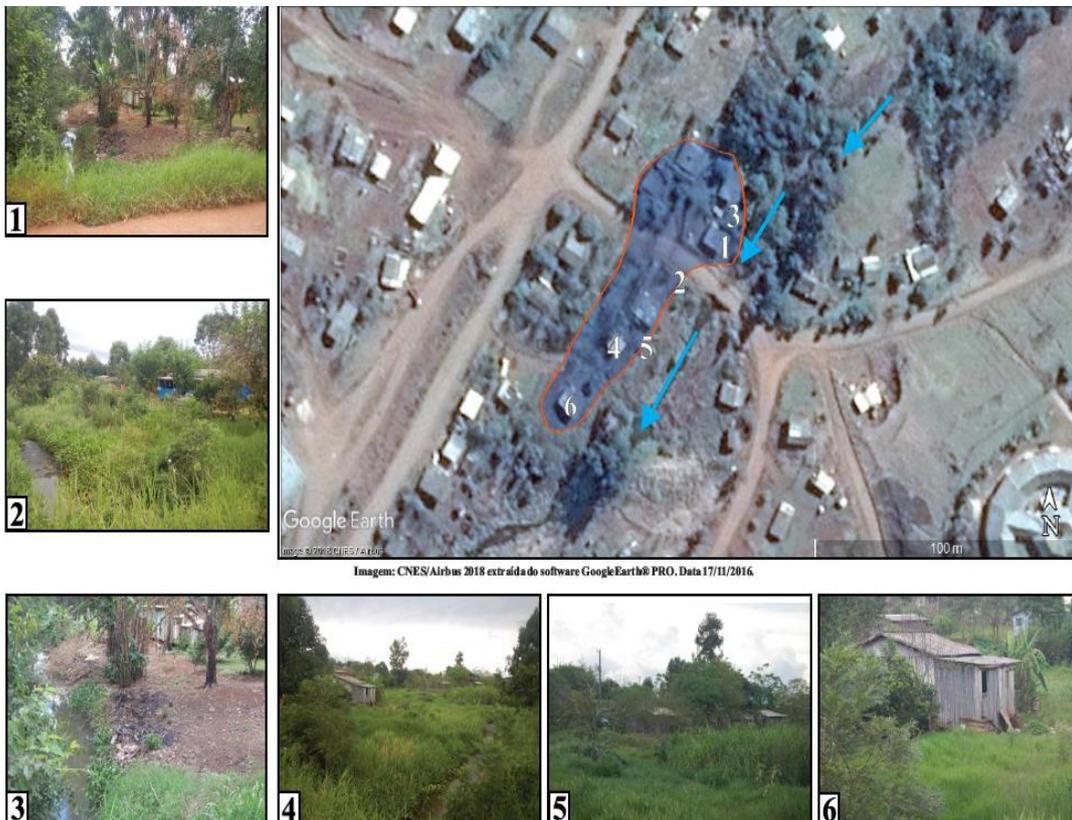
GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- ▶ **Edificações expostas:** Cerca de 08
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 32 pessoas

Observação: Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

▶ **ÁREA DE RISCO 5**

- ▶ **Localização:** SC_IPUACU_SR_5_CPRM Tribo Sede UTM - 22J, 354692.68 m E, 7042424.91 m N (SIRGAS 2000).



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2018.

Caracterização: É observado neste setor, a construção de residência sobre a planície de inundação de um córrego central na comunidade. Estas planícies são áreas adjacentes aos rios que recebem aporte hídrico em períodos de cheia, logo em épocas de grande precipitação ou chuvas estacionárias podem levar a eventos de inundação desta área. Fatores que corroboram e que possam gerar situações de agrave é a ocupação sem a devida infra-estrutura como sistemas de drenagem pluvial e redes de esgoto.

- ▶ **Evento:** Inundações



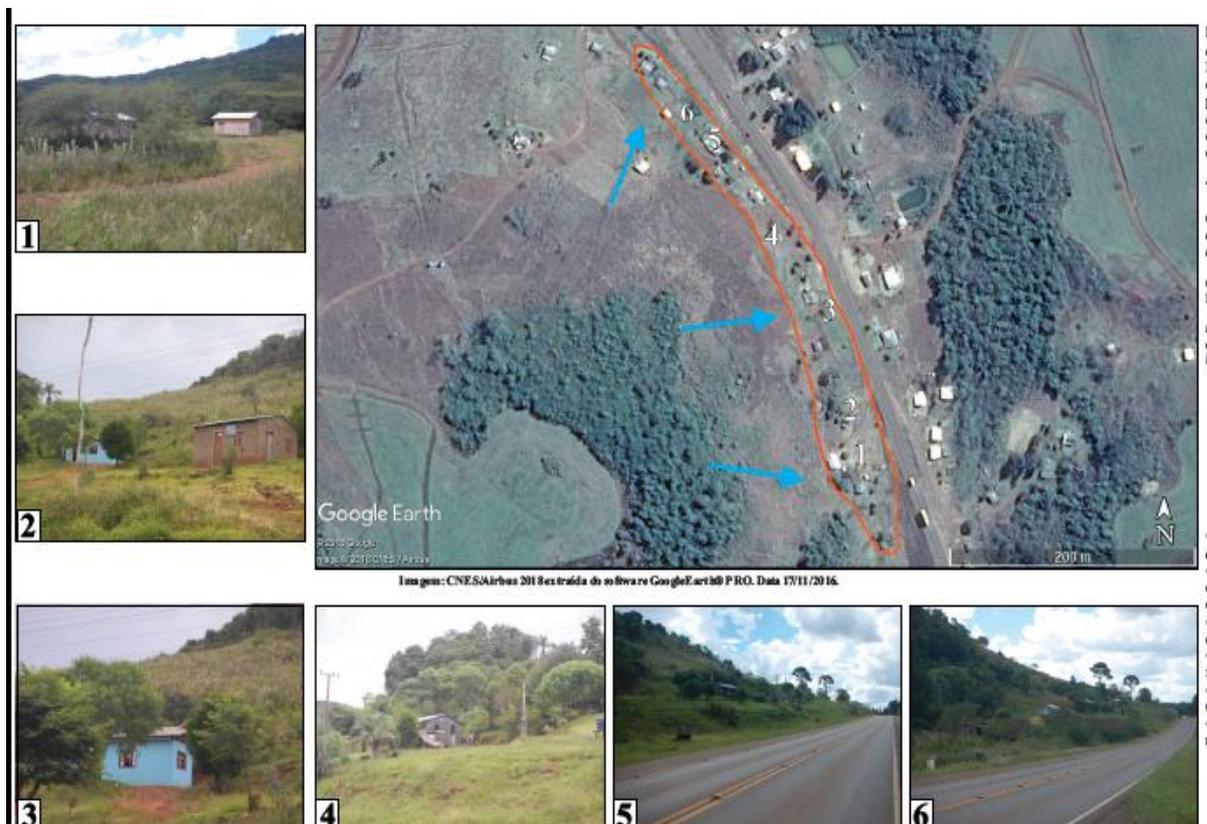
GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- ▶ **Risco:** Alto Risco.
- ▶ **Edificações expostas:** Cerca de 10
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 40 pessoas

Observação: Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

▶ **ÁREA DE RISCO 6**

- ▶ **Localização:** SC_IPUACU_SR_6_CPRM BR 480 UTM - 22J, 357269.77 m E, 7047825.39 m N (SIRGAS 2000)



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2018.

Caracterização: Ocupações em encosta com declividade maior do que 45 graus suscetível a deslizamentos, conforme visto nas Fotos 1 a 6. Localmente se observa construções sobre método corte e aterro, gerando taludes com inclinação verticalizada e pequenos processos erosivos instalados por ausência de dispositivos de drenagens adequados. Situações como esta corroboram com a possibilidade de movimentações em épocas de chuvas anômalas ou estacionárias.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- ▶ **Evento:** Deslizamento
- ▶ **Risco:** Alto Risco.
- ▶ **Edificações expostas:** Cerca de 25
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 100 pessoas

Observação: Os locais que atualmente não possuem moradias, mas apresentam características topográficas e geológicas semelhantes a este setor podem no futuro se tornar áreas de risco ruções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

▶ **ÁREA DE RISCO 7**

▶ **Localização:** SC_IPUACU_SR_7_CPRM BR 480 UTM - 22J, 356980.40 m E, 7048255.64 m N (SIRGAS 2000).



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2018.

Caracterização: Ocupações em encosta com declividade maior do que 45 graus suscetível a deslizamentos, conforme visto nas **Fotos 1 a 6**. Localmente se observa construções sobre método corte e aterro, gerando taludes com inclinação verticalizada e pequenos processos erosivos instalados por ausência de dispositivos de drenagens adequados. Situações como esta corroboram com a possibilidade de movimentações em épocas de chuvas anômalas ou estacionárias.



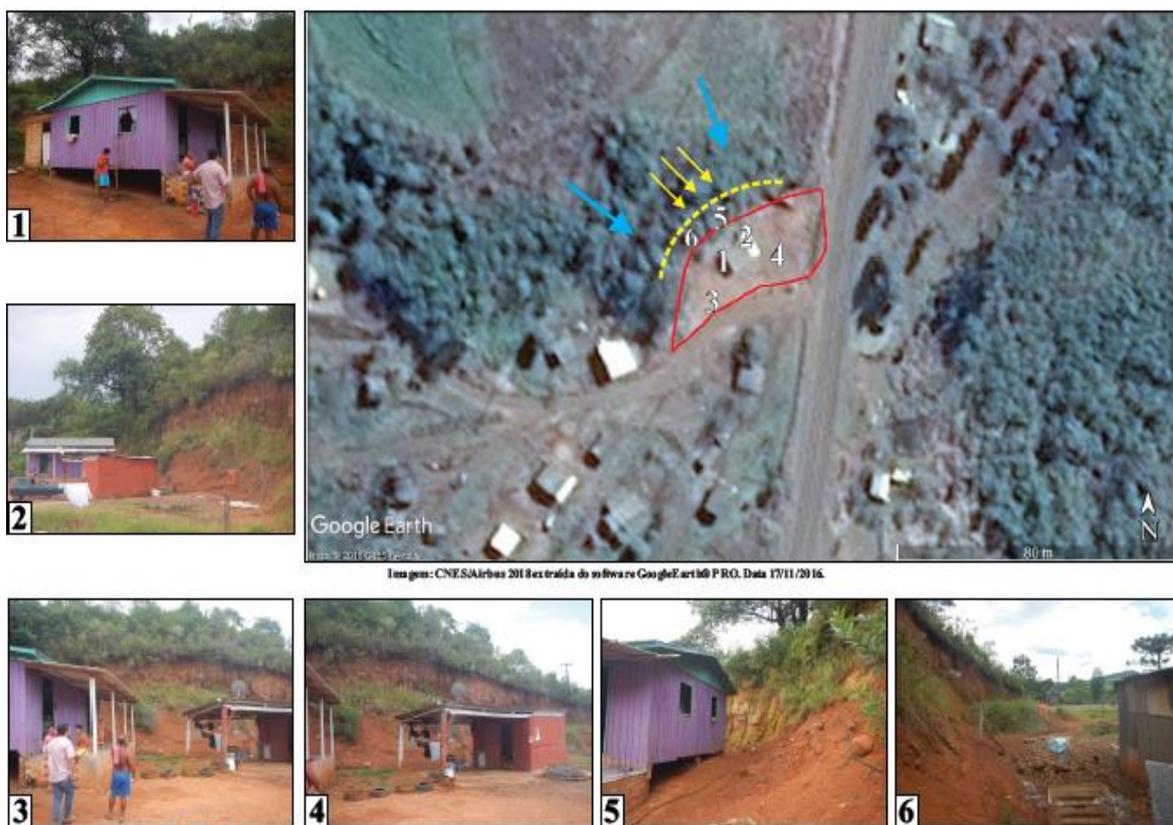
GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- ▶ **Evento:** Deslizamento
- ▶ **Risco:** Alto Risco.
- ▶ **Edificações expostas:** Cerca de 15
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 60 pessoas

Observação: Os locais que atualmente não possuem moradias, mas apresentam características topográficas e geológicas semelhantes a este setor podem no futuro se tornar áreas de risco ruções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

▶ **ÁREA DE RISCO 8**

Localização: SC_IPUACU_SR_8_CPRM BR 480,UTM - 22J, 357028.02 m E, 7048645.24m N (SIRGAS 2000).



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2018.

Caracterização: Ocupações em encosta com declividade maior do que 45 graus com ocorrência de deslizamentos planar de pequeno porte, conforme visto nas **Fotos 1 a 6**. Localmente se observa construções sobre método corte e aterro, gerando taludes com inclinação verticalizada e pequenos processos erosivos instalados por ausência de dispositivos de drenagens adequados. Situações como



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

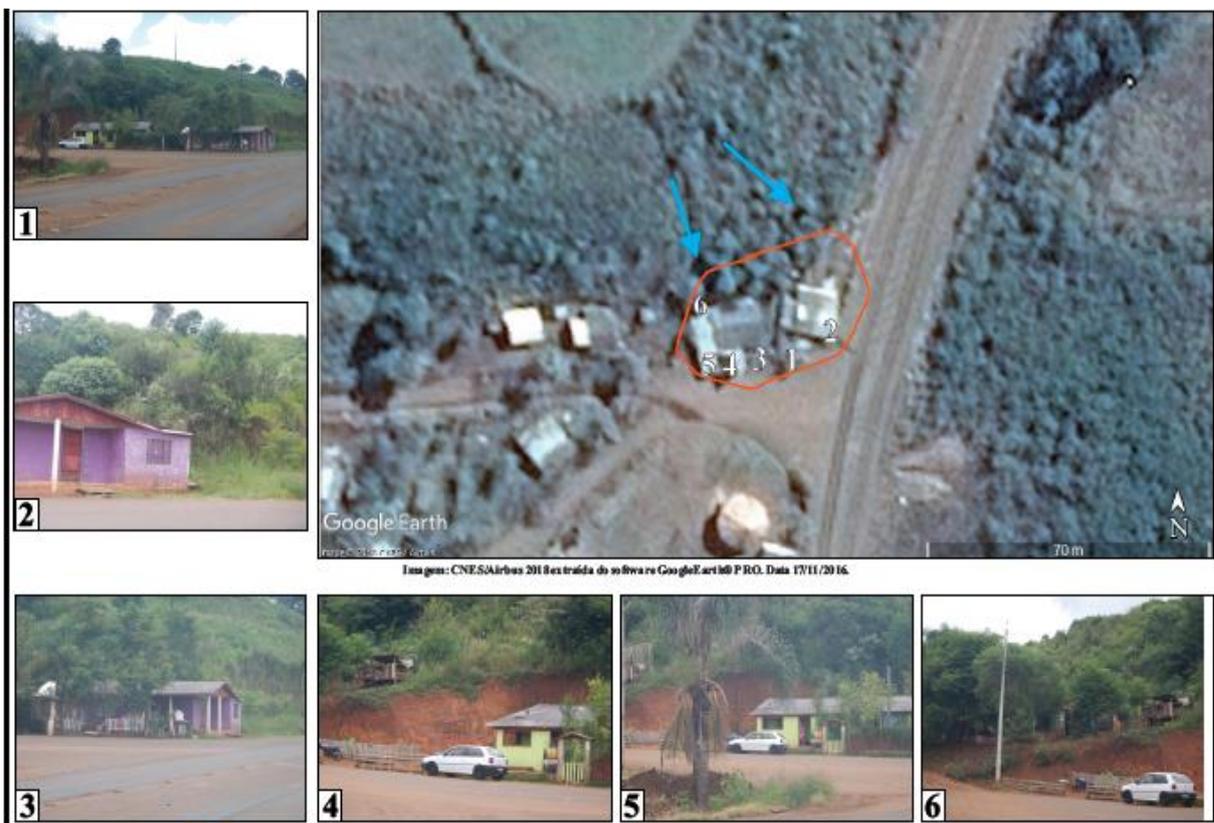
esta corroboram com a possibilidade de movimentações em épocas de chuvas intensas ou estacionárias.

- ▶ **Evento:** Deslizamento Planar
- ▶ **Risco:** Alto Risco.
- ▶ **Edificações expostas:** Cerca de 02
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 08 pessoas

Observação: Os locais que atualmente não possuem moradias, mas apresentam características topográficas e geológicas semelhantes a este setor podem no futuro se tornar áreas de risco ruções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

▶ **ÁREA DE RISCO 9**

Localização: SC_IPUACU_SR_8_CPRM BR 480,UTM - 22J, 357028.02 m E, 7048645.24m N (SIRGAS 2000).



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2018.



Caracterização: Ocupações em encosta com declividade maior do que 45 graus suscetível a deslizamentos, conforme visto nas **Fotos 1 a 6**. Localmente se observa construções sobre método corte e aterro, gerando taludes com inclinação verticalizada e pequenos processos erosivos instalados por ausência de dispositivos de drenagens adequados. Situações como esta corroboram com a possibilidade de movimentações em épocas de chuvas anômalas ou estacionárias.

- ▶ **Evento:** Deslizamento.
- ▶ **Risco:** Alto Risco.
- ▶ **Edificações expostas:** Cerca de 03
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 12 pessoas

Observação: Os locais que atualmente não possuem moradias, mas apresentam características topográficas e geológicas semelhantes a este setor podem no futuro se tornar áreas de risco ruções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Prevencao-de-Desastres/Produtos-por-Estado---Setorizacao-de-Risco-Geologico-5390.html>.

3.4 Hidrografia

O Município de Ipuauçu possui limita-se ao norte com o Rio Chapecó e ao sul com o rio Chapecozinho.

A bacia do rio Chapecó tem a extensão de 8.300 km², e recebe as águas dos rios Chapecozinho e Feliciano pelas margens esquerda e direita, respectivamente. A bacia do rio Irani, cuja área é de 1.595 km², tem o rio Xanxerê à margem direita como um dos principais contribuintes.

A bacia do rio Chapecó, com 236 mil pessoas, drena 42 sedes urbanas, onde vivem cerca de 138.000 habitantes. Essas cidades, em geral de pequeno e médio porte, como Quilombo, Jardinópolis, estão situadas principalmente ao longo dos afluentes do médio curso do rio Chapecó.



3.5 Saúde

As medidas de controle de inundações desenvolvidas nos momentos de normalidade, também chamados de pré-eventos, são divididas nas seguintes fases: Prevenção/Preparação (Fase 1), Monitoramento (Fase 2) e Alerta (Fase 3) e expressam a intenção de evitar ou diminuir os impactos dos eventos adversos à saúde da população, mediante aplicação de ações planejadas e realizadas antecipadamente pelo setor saúde ao evento.

Fase 1 - Prevenção e Preparação para Enfrentamento de Desastres

A execução das ações preventivas e preparatórias voltadas para o enfrentamento de eventos adversos provocados por inundações é fundamental para a mitigação dos impactos, danos e agravos à saúde da população, cabendo à Secretaria Municipal de Saúde gerenciar todo o processo junto aos demais setores da sua área de atuação.

Ações dessa fase:

- Identificar e mapear as áreas de risco, as ameaças, as suscetibilidades e as populações vulneráveis aos desastres naturais, fortalecendo o conhecimento das comunidades expostas sobre os riscos relacionados aos eventos adversos, de modo a evitar ou reduzir sua exposição e a de produtos e serviços aos mesmos e, conseqüentemente os impactos à sua saúde;
- Desenvolver e manter atualizados os planos de ação da Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Assistência Farmacêutica, Atenção Básica e SAMU e demais áreas da Secretaria Municipal de Saúde para aplicação em cada fase da emergência em saúde provocada por inundações, para atendimento às doenças e agravos delas decorrentes;
- Avaliar a capacidade instalada de serviços de saúde (Unidades de Saúde, Ambulatórios, UPAS, hospitais, etc.), incluindo os recursos humanos, na área de abrangência do evento adverso, para atendimento às vítimas imediatas e das pessoas que deverão procurar assistência médica durante e após as inundações;
- Promover a sensibilização da rede para atendimento à população exposta aos eventos provocados por inundações, preparando o setor saúde para respostas rápidas à população em caso de ocorrência desses eventos adversos;
- Manter lista de recursos humanos capacitados e disponíveis para enfrentamento imediato aos eventos adversos e atendimentos à população das doenças e agravos provocados por inundações;



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Atualizar o Plano de Chamada dos servidores do setor saúde anualmente;
- Produzir alertas ao setor saúde quando da ocorrência de eventos adversos no município, para manter a rede pronta para atuação, caso necessário;
- Atuar de forma articulada com a Defesa Civil e os demais setores da administração pública municipal, desenvolvendo planos operativos conjuntos ou específicos voltados para a redução ao mínimo possível da exposição da população aos riscos de doenças e agravos decorrentes desses desastres, proporcionando atendimento rápido, efetivo e eficaz à saúde das pessoas residentes nas comunidades atingidas;
- Uniformizar, fortalecer, consolidar, estabelecer processos de mobilização de técnicos, procedimentos de conduta e integração do setor saúde à Defesa Civil, aos demais setores da Prefeitura Municipal e às demais entidades municipais, estaduais e federais afins;
- Compor equipes capazes de determinar a avaliação das necessidades de saúde geradas pelos eventos adversos provocados por eventos adversos no município de Ipuçu.
- Realizar inspeções prévias para averiguar as condições estruturais e sanitárias de locais eventualmente destinados para abrigos, integrando as equipes de saúde responsáveis pelas escolhas, cadastramento, vistorias e definição das estruturas dos abrigos aos demais setores afins para definições e inspeções conjuntas;
- Definir a composição das equipes de primeiras respostas para atuação quando da ocorrência de eventos adversos, capazes de efetuar os atendimentos à saúde relacionados às ocorrências propriamente ditas e, após, efetuar a fiscalização de serviços de produção, armazenamento, transporte, manipulação e comercialização de alimentos, a fiscalização de serviços de produção, armazenamento, transporte, manipulação e comercialização de medicamentos, produtos e insumos farmacêuticos, a fiscalização de estabelecimentos de Saúde, a fiscalização de estabelecimentos de interesse da saúde, a fiscalização/orientação de abrigos coletivos, atentando para a estrutura física (ventilação, iluminação), remoção dos resíduos sólidos, destino final adequado de efluentes sanitários, controle de roedores, destino final adequado de animais mortos, quantidade de água disponível, segurança alimentar e outros, a fiscalização/monitoramento dos serviços de Saneamento (água, resíduos sólidos, esgoto, galerias pluviais), com atenção especial no controle da qualidade da água distribuída à população e outras atividades afins;
- Promover o estudo dos dados epidemiológicos das doenças prevalentes no município, que tendem a intensificar-se em circunstâncias de desastres, no conhecimento da cadeia de



transmissão dessas doenças, na monitoração de surtos epidêmicos e no controle das doenças e agravos típicos das situações adversas provocadas por inundações, tomando-se como base os dados dos Sistemas de Informação disponibilizados pelo Ministério da Saúde;

- Determinar a preparação de material e equipes para o processo de Educação em Saúde, mantendo a população informada sobre os riscos e danos à saúde pública, relacionados aos eventos adversos provocados por inundações;
- Providenciar recursos (materiais, equipamentos e veículos) necessários à execução do Plano de Ação para Emergências em Saúde;
- Relacionar os medicamentos necessários para atendimento à população e manter a rede básica de saúde abastecida com medicamentos, materiais e insumos, para utilização em circunstâncias de eventos adversos;
- Determinar a verificação das condições do material existente para uso em situações de calamidades (Termômetros, trenas, lanternas, clorímetros, reagentes, botas, capas, caixas térmicas, vidraria para coleta de água para análise laboratorial, material educativo, estoque de hipoclorito de sódio 2,5%, etc.);
- Promover as condições necessárias para participação do setor saúde em eventos simulados oferecidos pela Defesa Civil, relacionados com inundações e outras situações, para aprimoramento dos protocolos de atendimento e capacitação do corpo técnico;
- Elaborar relatórios circunstanciados e informes aos gestores municipais a respeito das ações executadas pelo setor saúde, para que possam ser avaliados e divulgados aos profissionais de saúde e população, através dos mecanismos próprios de comunicação do município.

Fase 2 - Monitoramento meteorológico, geológico e hidrológico

O processo de monitoramento de eventos adversos provocados por inundações e seus efeitos deverá ser permanente e capaz de estabelecer as condições para um alerta imediato ao setor saúde, indicando a possibilidade de ocorrências de eventos adversos por inundações tão logo haja divulgação dos dados por parte dos órgãos responsáveis, para que possam ser deflagrados os processos de mobilização das equipes locais de saúde para pronta atuação e atendimento médico assistencial às pessoas que possam ser atingidas pelo desastre.

- Ações dessa Fase:



- Monitorar, através das áreas específicas da Vigilância Sanitária e Vigilância epidemiológica, os eventos epidemiológicos, meteorológicos, geológicos e hidrológicos típicos da região, além de outros relacionados a estes e potencialmente causadores de desastres provocados por inundações e surtos de doenças que podem ocasionar agravos à saúde da população;
- Recorrer aos sistemas de monitoramento das previsões de precipitações hídricas no município e região, operadas por instituições atuantes no estado, nos municípios e em todo o Brasil, para viabilizar a obtenção de dados pelos responsáveis pela execução do Plano de Ação para Emergências em Saúde, visando à tomada de providências necessárias para atendimento imediato à saúde da população;
- Acompanhar o monitoramento, realizado pela Defesa Civil Municipal, das Cotas de Rios através dos dados obtidos das estações fluviométricas em operação na região e, especialmente junto aos municípios (caso possuam) historicamente sob risco de eventos adversos provocados por inundações, devendo o contato com os mesmos ser permanente para agilização das respostas por parte das equipes do setor saúde, visando a imediata preparação do pessoal técnico para atendimento à demanda de doenças e agravos que possa advir da ocorrência dos eventos adversos típicos da região;
- Efetuar o monitoramento rotineiro das doenças e agravos incidentes no município e região, tomando-se como base os dados dos Sistemas de Informação disponibilizados pelo Ministério da Saúde, para avaliar sua evolução em ocasiões de eventos por inundações e promover os bloqueios e controles necessários.

Fase 3 – Alerta

A Fase de Alerta, em certos eventos adversos ocorrem quase que concomitantemente à fase de respostas, ou seja, enquanto as equipes de primeiro atendimento estão realizando as ações iniciais, as equipes do setor saúde estão se preparando para a remoção de feridos ou afetados pelo desastre para atendimento médico de urgência (SAMU), visto que a remoção para abrigos é efetuada pelas equipes da Defesa Civil. Outras equipes estarão verificando o provimento de água para a população, abastecimento de medicamentos, materiais e insumos essenciais aos atendimentos médico ambulatorial e outras ações afins.

- Ações dessa fase:
- Receber os alertas provenientes do Gabinete de Crise do Município;



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Repassar a todas as instâncias do setor saúde do município, os alertas recebidos do Gabinete de Crise;
- Convocar os responsáveis pela Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Atenção Básica, Assistência Farmacêutica, e área administrativa para permanência em alerta frente a eventuais eventos adversos no município;
- Revisar protocolos e preparar equipamentos, materiais, veículos, medicamentos, materiais, insumos, informativos, hipoclorito de sódio 2,5% e outros destinados para o atendimento imediato à saúde da população e utilização imediata nos eventos adversos;
- A Secretaria Municipal de Saúde convocará todos os servidores para o estado de Alerta, permanecendo os servidores em seus postos de trabalho e os coordenadores na sede da SMS, objetivando a tomada de decisões e a determinação das medidas de intervenção que se fizerem necessárias a partir das decisões tomadas no Gabinete de Crise Municipal e Defesa Civil;
- Coleta e repasse do maior número de informações disponíveis para facilitar às equipes do setor saúde o entendimento da situação e as medidas necessárias para o seu controle;
- Composição das equipes de acordo com o previsto nos protocolos setoriais do setor saúde e distribuição de equipamentos de proteção individual e outros necessários às ações de campo, assim como de veículos, materiais médicos e ambulatoriais, medicamentos e insumos necessários aos atendimentos à população;
- O Responsável pela Fiscalização Sanitária de Alimentos e Produtos de Saúde e de Interesse da Saúde repassará as equipes informações referentes aos cuidados com os produtos alimentícios, medicamentos, materiais e insumos junto aos estabelecimentos de sua área de atuação;
- O Responsável pelo Setor de Saneamento Básico repassará às equipes informações referente aos cuidados com animais mortos e animais peçonhentos, destino do lixo e dejetos e outras informações inerentes a sua área a serem observados na área do desastre;
- O responsável pelo VIGIÁGUA repassará informações às equipes referentes aos cuidados com os mananciais, lençóis freáticos, água para consumo humano, monitoramento e auxílio junto à concessionária de água nas determinações de ações referentes ao abastecimento de água da População;
- Deslocamento das equipes para as áreas de atuação, após liberação destas pela Defesa Civil.



Evento (situação de desastre)

SAITO, em 2015, descreveu os desastres naturais como resultados do impacto de um fenômeno natural extremo ou intenso sobre um sistema social, e que causa sérios danos e prejuízos que excedam a capacidade dos afetados em conviver com o impacto.

Em sua análise, Saito defende que uma das marcas dessa definição é a de relacionar o “fenômeno natural” ao “sistema social”, por meio de uma relação de causa e efeito, sendo imperioso que se observe que há uma distinção entre evento natural e desastre natural. O evento natural pode ocorrer sem a presença do homem, já o desastre natural pressupõe sempre danos para o homem.

Durante os eventos naturais provocados por inundações, entra em desenvolvimento outra importante etapa do Plano de Ação para Emergências em Saúde: as ações de respostas do setor saúde ao desastre.

Essas ações têm o propósito de promover a prestação de serviços de emergência e de assistência à saúde da população, com o propósito de manter a os níveis de saúde da, promover a redução de danos à saúde, restaurar o funcionamento dos serviços de saúde nas regiões atingidas assim que possível, garantir os padrões de identidade e qualidade dos alimentos, medicamentos e insumos, a qualidade da água para consumo humano, a regularidade sanitária de estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, o monitoramento de doenças relacionadas às inundações, a educação em saúde e outras ações de saúde pública nos municípios ou nas comunidades atingidas pelos eventos adversos.

□ Ações do Setor saúde nessa fase: Vistorias, fiscalizações, remoção de feridos ou intoxicados para unidades referenciadas pelo setor de regulação, tratamento ambulatorial e médico-hospitalar, cuidados com o lixo e entulhos, destino final adequado de animais de pequeno e grande porte mortos, limpeza e desinfecção de edificações e caixas d’água, cuidados com abrigos, controle da qualidade de alimentos, medicamentos, insumos farmacêuticos, água para consumo humano, orientações, educação sanitária, controle do funcionamento de estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária, emissão de instruções técnicas, determinações sanitárias, normatizações epidemiológicas ou quaisquer outras atos e ações relativas aos itens abaixo:

- Fiscalização de estabelecimentos que armazenam, comercializam, manipula e forneça alimentos que tenham sido expostos às inundações, efetuando a imediata remoção e destino final adequado dos produtos expostos a tais situações;



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Fiscalização de estabelecimentos que armazenam, comercializam, manipula e forneça medicamentos, materiais, produtos médico-hospitalares e insumos farmacêuticos que tenham sido expostos às inundações, promovendo a imediata remoção e destino final adequado dos produtos que tenham sido expostos a essa situação;
- Fiscalização das condições de funcionamento de Serviços de Saúde e de interesse da saúde expostos ou não aos eventos adversos;
- Fiscalização do tratamento e destino final adequados de efluentes sanitários dos sistemas coletivos e individuais atingidos pelas inundações.
- Monitoramento conjunto com os órgãos/instituições de meio ambiente em áreas afetadas por produtos químicos liberados para o meio ambiente durante as inundações;
- Restrição, em conjunto com a Defesa Civil, do acesso da população em áreas caracterizadas por contaminação com produtos químicos;
- Fiscalização da remoção e confirmação do destino final em aterros industriais, de materiais, resíduos, alimentos e bebidas que tenham entrado em contato com produtos químicos durante as inundações;
- Estabelecer controle especial para reduzir os riscos com a utilização/exposição a produtos desinfetantes, praguicidas, saneantes e outras substâncias, produtos e insumos que tenham sido expostos às águas das inundações e perdido suas rotulagens e instruções de uso, orientando seu descarte de acordo com a legislação em vigor;
- Avaliar e encaminhar solicitação à área técnica responsável do município, para apresentação de medidas voltadas para a solução/recuperação rápida da frequência da coleta de resíduos sólidos orgânicos e de serviços de saúde que tenha sofrido interrupção ou redução devido ao evento adverso;
- Discutir com os setores próprios da Gestão Municipal a necessidade de implementação de serviços de coleta dos entulhos (móveis, utensílios e outros) destruídos pelas inundações;
- Estabelecer com a área de limpeza urbana do município atingido, a necessidade de intensificar a coleta e a disposição adequada dos resíduos sólidos gerados pelos abrigos e áreas críticas/vulneráveis, evitando o acúmulo de lixo e com isso os agravos correspondentes à saúde da população;



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Verificar as condições de operação dos sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos e industriais (aterros sanitários, áreas de transbordo, etc.), especialmente quando atingidas por inundações;
- Identificar áreas potenciais para reservatórios, proliferação de vetores de importância sanitária e abrigos de animais peçonhentos;
- Desenvolver medidas de controle de roedores e outros vetores, especialmente nos abrigos;
- Disponibilizar aos técnicos e aos municípios afetados as Notas Técnicas e os Informes destinados a encaminhar as medidas adequadas para controle da exposição a vetores e animais venenosos e peçonhentos, assim como orientar para com os cuidados e assistência médica necessária no caso de acidentes com esse tipo de animais;
- Controle rigoroso dos mananciais de superfície e subterrâneos que possam ter sido atingidos pelas inundações, certificando-se de sua qualidade ou determinando a proibição de utilização até que se possa confirmar tecnicamente a possibilidade de uso;
- Emissão de Notas Técnicas à população, esclarecendo os riscos de consumo de água dos mananciais com suspeita ou comprovadamente atingidos por águas contaminadas, frente à situação provocada pelo evento adverso;
- Fiscalização das condições operacionais do sistema de abastecimento de água, exigindo da concessionária a demonstração documental da regularidade da operação da ETA e da qualidade da água destinada ao consumo da população, de acordo com a legislação estadual, municipal e do Ministério da Saúde em vigor;
- Fiscalização da qualidade da água retirada de fontes alternativas de abastecimento e destinada ao consumo da população;
- Fiscalização dos meios de transporte utilizados para transporte de água de fontes alternativas, garantindo a qualidade desta para consumo da população;
- Distribuição de Hipoclorito de Sódio 2,5% para tratamento da água proveniente de fontes alternativas, caso o fornecimento de água tenha sido interrompido;
- Fiscalização/orientação às pessoas ocupantes de abrigos coletivos (caso tenham sido ativados), atentando para os cuidados com o armazenamento de alimentos e medicamentos, preparo da alimentação, cuidados com a água, manejo dos resíduos sólidos e efluentes sanitários, controle de roedores, etc.;



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Disponibilização de equipes médicas (incluindo saúde mental), equipes de enfermagem, equipes da Vigilância em Saúde (Sanitária e Epidemiológica, especialmente) para trabalhos diários nos abrigos, enquanto permanecer a ocupação dessas estruturas;
- Intensificação das ações de Vigilância Epidemiológica até o restabelecimento da normalidade, adotando uma vigilância ativa e buscando a notificação e outras providências imediatas para controle das doenças típicas dessas ocasiões (doenças respiratórias, tétano acidental, acidentes com animais peçonhentos e não peçonhentos, hepatite A, doenças diarreicas, leptospirose), além de outras que possam ocorrer;
- Fiscalização/orientação para o enterramento de animais mortos em decorrência das inundações, em local e com técnicas adequadas, com prioridade sobre outras situações de limpeza e remoção de lixo e entulhos, usando todo tipo de mão de obra e maquinário disponíveis;
- Desenvolvimento de ações voltadas para a proteção da Saúde do Trabalhador exposto aos riscos gerados pelos trabalhos de campo, nos abrigos, ambulatórios, hospitais, serviço médico de urgência e outros;
- Promover atendimento ambulatorial contínuo às pessoas afetadas pelo desastre;
- Sensibilizar a rede para as medidas de intervenção direta nos casos suspeitos de doenças de veiculação hídrica e de transmissão por alimentos, leptospirose, doenças respiratórias, acidentes com animais peçonhentos e não peçonhentos, tétano acidental, hepatite A e outras típicas de situações adversas provocadas por inundações;
- Definir exames clínicos complementares para confirmação diagnóstica dos principais agravos relacionados aos eventos adversos provocados pelas inundações;
- Fortalecer as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos estratos populacionais específicos atingidos direta ou indiretamente pelos eventos adversos.
- Implementar os cuidados com a Saúde Mental, para recuperação dos distúrbios relacionados aos eventos adversos que provocam danos à saúde das pessoas e das bases estruturais das comunidades atingidas pelo evento;
- Desenvolver ações de Educação em Saúde relativas aos cuidados com a saúde das populações atingidas pelas inundações;
- Difundir amplamente orientações à população atingida para a volta às casas, caso as famílias tenham sido removidas para abrigos ou desalojadas de suas habitações, alertando-as para os riscos à saúde provocados por contaminações, choques elétricos ou traumas



provocados por quedas, cortes com objetos perfurantes e cortantes contaminados, acidentes com animais peçonhentos ou não peçonhentos e outros.

- Compor Central de Informações (para mídia, profissionais de saúde, população), para difundir informações sobre os cuidados com a saúde relacionados o evento, medidas de controle, locais de atendimento à saúde da população atingida, cuidados gerais necessários para a prevenção e recuperação da saúde, etc.

Pós-evento (Restauração de Cenários)

A reabilitação dos cenários atingidos por eventos adversos depende de ações interativas desencadeadas pelo Poder Público e pelos órgãos responsáveis pela reativação dos serviços essenciais no menor tempo possível, e consistem em obras de reconstrução desenvolvidas a pequeno, médio ou longo prazo, com o objetivo de garantir o retorno às condições de normalidade nas áreas de comunicação, energia elétrica, água e esgoto, resíduos sólidos, trafegabilidade, habitabilidade e outros das áreas atingidas.

A atuação principal nessa fase é dos setores de Defesa Civil, de engenharia e obras do município, do estado e mesmo da união, porém algumas obras de recuperação necessitam da fiscalização e análise de projetos (especialmente os hidro-sanitários), para observação e cumprimento do que determina a legislação da Vigilância Sanitária em vigor.

□ Ações dessa fase: Vistorias, fiscalizações, orientações, controle, determinações, normatizações ou quaisquer outras ações relativas aos itens abaixo:

- Fiscalização, em conjunto com os órgãos ambientais, das atividades de reabilitação total das áreas deterioradas pelo evento adverso, incluindo remoção das camadas de solo eventualmente contaminadas por produtos químicos, biológicos e outros;
- Avaliação da qualidade das águas de rios e outros cursos d'água eventualmente atingidos pela extravazão de produtos químicos ou biológicos durante as inundações;
- Acompanhamento dos processos de restauração dos serviços de coleta, destinação e tratamentos dos resíduos sólidos gerados pela população no município, para evitar acúmulo de resíduos sem tratamento superior ao tempo previsto pela legislação vigente;
- Acompanhamento do processo de restauração das drenagens pluviais, orientando quanto à proibição de ligações dos sistemas de esgotamento sanitário nessas estruturas;



- Acompanhamento dos processos de desobstrução de rios, canais e áreas de drenagem naturais, para evitar água parada que possam servir de criadouros para vetores nocivos à saúde pública nos locais do evento;
- Desenvolvimento de ações da Vigilância Epidemiológica para monitoramento da evolução das doenças típicas dos eventos adversos provocados por inundações e as demais condições relacionadas com a manutenção da saúde da população;
- Outras ações de importância sanitária e epidemiológica.

A Volta às Casas

À volta às casas após os eventos adversos provocados por inundações servem de alento às pessoas afetadas pelo desastre, por poderem retornar ao que é seu, mesmo que tenham perdido muitos dos bens adquiridos.

O retorno às comunidades atingidas, no entanto, pode representar uma série de riscos, relacionados com os possíveis danos causados às estruturas das casas, ao contato com a água e a lama contaminadas das inundações, à rede energizada das residências, à presença de animais peçonhentos, aos cortes e ferimentos provocados por objetos contaminados e outras situações que podem provocar agravos à saúde da população.

Dessa forma, devem-se repassar as seguintes orientações a respeito dos cuidados que devem ser observados pela população na volta às casas:

- Observar as instruções da Defesa Civil, observando se as habitações oferecem condições para ocupação, cumprindo as determinações dessa Instituição no que diz respeito às interdições demandadas devido ao comprometimento das estruturas das edificações.
- Verificar se a energia elétrica está desligada. A orientação à população é que, caso possível, no momento em que sair de casa, seja feito o desligamento de todos os disjuntores, para evitar que as fiações umedecidas pelas inundações provoquem curto circuitos e choques elétricos graves, com danos secundários à saúde das pessoas; Caso não tenha sido feito o desligamento dos disjuntores ao sair, fazer o desligamento dos mesmos antes de acessar a habitação, usando calçado de borracha e instrumento apropriado para não tocar diretamente nos interruptores; Com a energia desligada, lavar todas as tomadas, bocais de lâmpadas e interruptores que tenham entrado em contato com as águas, somente religando a energia quando se certificar que todos esse pontos estiverem absolutamente secos;
- Verificar se o abastecimento de água se normalizou;



- Tomar cuidados especiais com a presença de animais venenosos e peçonhentos (lagartas, cobras, aranhas, escorpiões) no interior da residência e dentro de mobiliários, calçados, etc;
- Não colocar as mãos em buracos ou frestas. Usar ferramentas como enxadas, cabos de vassoura e pedaços compridos de madeira para mexer nos móveis para verificar a existência de animais venenosos ou peçonhentos;
- Não tocar em animais venenosos ou peçonhentos mesmo que pareçam estar mortos, pois eles podem ainda ser prejudiciais à saúde;
- Não entrar em contato com a água e lama contaminada. Usar botas e luvas de borracha, evitando dessa forma ferimentos que podem causar o tétano ou a contaminação por leptospirose, além de outras doenças relacionadas a esse tipo de evento.
- Orientar a lavar e esfregar toda a casa com solução de hipoclorito de sódio 2,5% ou água sanitária, ambos na proporção de 2 litros de desinfetante para 1.000 litros de água.
- Orientar a limpeza e desinfecção das caixas d'águas.
- Remover o lodo, os entulhos e o lixo dos quintais, colocando-os em frente às casas para serem recolhidos pelos serviços de coleta e destino final executados pelos serviços públicos. A coleta deve ser rapidamente reativada para evitar que os entulhos, lixo, lodo, animais mortos, etc retornem aos rios, provocando o açoreamento e a possibilidade de novas inundações;
- Fazer a verificação da situação dos sistemas individuais de destino final de dejetos. Se estiverem destruídos ou danificados, promover sua reconstrução. As equipes da Vigilância Sanitária e Vigilância Ambiental repassarão as instruções necessária para a reconstrução desses sistemas;
- Providenciar a distribuição de Hipoclorito de Sódio 2,5% à população afetada, para garantir a desinfecção da água para consumo, até que a distribuição seja normalizada pela concessionária.

3.6 Assistência Social

A Assistência Social no Município possui uma sede administrativa, um Centro de Referência em Assistência Social – CRAS e um ponto de atendimento e cadastramento do CadÚnico.



INSTALAÇÃO	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL	TELEFONE
Assistência Social	Rua Lorenzoni, n. 1.132, Centro	Nelci Nicolao Mocelin (Secretária); Nelcima Fátima Novello (Assistente Social)	(49) 99919-0749 (49) 99906-5152
CRAS	Rua Machado, n. 416, Centro	Mirian Silva	(49) 99808-5443

Atualmente (novembro de 2022) a Assistência Social, em parceria com a DCSC, está capacitando multiplicadores para elaboração do Plano de Contingência na Assistência Social.

3.7 Segurança

INSTALAÇÃO	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL	TELEFONE
POLÍCIA CIVIL	Rua João Mulinari, n. 117, Centro	Ivan R. Fumagalli	(49) 3449-0035
POLÍCIA MILITAR	Rua Lammer, n. 404, Centro	Sargento Marcelo	(49) 99976-8063

3.8 Obras

INSTALAÇÃO	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL	TELEFONE
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura	Rua Migliorini, n. 547, Centro	Gilberto Bevilaqua Valdecir Cunico	(49) 9 9941-3797 (49) 9 9949-5618

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

Dentre os principais eventos adversos que atingiram o Município, o mais comum é a estiagem. De se registrar também que as tempestades locais convectivas (vendaval e granizo) ficam em segundo lugar no número de desastres, de acordo com a DCM.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Não se tem histórico de eventos sobre movimentos gravitacionais de massas (deslizamentos) com danos a população no Município.

DATA: 22/05/2003	DESASTRE: Frentes Frias / Zonas de Convergência
DESCRIÇÃO: Frente fria é uma massa de ar frio que avança sobre uma região, provocando queda brusca da temperatura local, com período de duração inferior à friagem. Zona de convergência é uma região que está ligada à tempestade causada por uma zona de baixa pressão atmosférica, provocando forte deslocamento de massas de ar, vendavais, chuvas intensas e até queda de granizo.	
INFORMAÇÕES GERAIS: LOCALIZAÇÃO: em todo o território do município, principalmente na terra indígena, e em pontos isolados de todas as comunidades nas chamadas famílias em situação de vulnerabilidade.	

DATA: 11/07/2003	DESASTRE: Frentes Frias / Zonas de Convergência
DESCRIÇÃO: Frente fria é uma massa de ar frio que avança sobre uma região, provocando queda brusca da temperatura local, com período de duração inferior à friagem. Zona de convergência é uma região que está ligada à tempestade causada por uma zona de baixa pressão atmosférica, provocando forte deslocamento de massas de ar, vendavais, chuvas intensas e até queda de granizo.	
INFORMAÇÕES GERAIS: LOCALIZAÇÃO: em todo o território do município, principalmente na terra indígena, e em pontos isolados de todas as comunidades nas chamadas famílias em situação de vulnerabilidade.	

DATA: 19/03/2004	DESASTRE: Tempestade Local / Convectiva - Granizo
DESCRIÇÃO: Precipitação de pedaços irregulares de gelo.	
INFORMAÇÕES GERAIS: LOCALIZAÇÃO: As Comunidades mencionadas em avaliação anterior, samburá, São Francisco, São Miguel e Linha Vista Alegre, sofreram com a precipitação de granizo, sendo que os danos avaliados anteriormente foram mais danosos, pois a safra de soja que estava para ser colhida sofreu profundas perdas, motivada pela abertura das vagens, com o aparecimento do sol, e a umidade que inicialmente parecia beneficiar parte das lavouras, não obteve significativa melhora, ficando o solo seco os rios sem volume de água, visto que a geração de energia da usina de Linha Vista Alegre está operando somente com uma das turbinas. Quanto as demais culturas a perda foi na sua totalidade e o soja cerca de oitenta por cento.	

DATA: 17/04/2004	DESASTRE: Estiagem
DESCRIÇÃO: Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	
INFORMAÇÕES GERAIS: LOCALIZAÇÃO: A área territorial do município de Ipuacu, principalmente nas lavouras de soja, milho feijão e fumo, nas pequenas propriedades prejudicando imensamente a produção de leite, dificultando as criações de suínos e aves.	

DATA: 22/02/2005	DESASTRE: Estiagem
-------------------------	---------------------------



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESCRIÇÃO: Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.
INFORMAÇÕES GERAIS: LOCALIZAÇÃO: Todo o território do município. Forte e longa estiagem, afetando todas as comunidades e a sede do Município, sendo que em alguns locais a falta de água é quase total, conforme podemos verificar através do laudo meteorológico.

DATA: 23/05/2006	DESASTRE: Estiagem
DESCRIÇÃO: Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	
INFORMAÇÕES GERAIS: SEM INFORMAÇÕES NO S2ID	

DATA: 07/04/2008	DESASTRE: Estiagem
DESCRIÇÃO: Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	
INFORMAÇÕES GERAIS: LOCALIZAÇÃO: Todo o território do município. Estiagem prolongada, caracterizada pela redução das precipitações pluviométricas, com índices abaixo da média normal, desde janeiro de 2008, comprometendo o manancial de abastecimento de água potável e causando prejuízos na economia do município (agricultura e pecuária).	

DATA: 06/05/2009	DESASTRE: Estiagem
DESCRIÇÃO: Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	
INFORMAÇÕES GERAIS: SEM INFORMAÇÕES NO S2ID	

DATA: 08/09/2009	DESASTRE: Tempestade Local / Convectiva - Vendaval
DESCRIÇÃO: Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.	
INFORMAÇÕES GERAIS: SEM INFORMAÇÕES NO S2ID	

DATA: 09/01/2012	DESASTRE: Estiagem
DESCRIÇÃO: Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	
INFORMAÇÕES GERAIS: SEM INFORMAÇÕES NO S2ID	

DATA: 30/05/2019	DESASTRE: Tempestade Local/Convectiva-Chuvas Intensas
DESCRIÇÃO: São chuvas que ocorrem com acumulados significativos causando múltiplos desastres (ex. inundações, movimentos de massa, enxurradas etc.).	
INFORMAÇÕES GERAIS: LOCALIZAÇÃO: Bairros urbanos, centro, Cristo Rei Comunidades Rural; Comunidade de São João, Comunidade Samburá, Comunidade São Cristóvão, Comunidade Nossa senhora da	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Salete, Comunidade Toldo Velho, Comunidade indígena Pinhalzinho, Comunidade Indígena Sede Xapecó, Comunidade linha Ceron. CAUSAS E EFEITOS: Considerando as fortes chuvas que ocorreram no município nos dias 28 a 31 de maio de 2019. Afetando de sobremaneira a estrutura pública e privadas no dia 30/05/2019 quando foram registrados alagamentos, danos em estradas do interior, danos em galerias e pontes na área urbana e rural, prejuízos na agricultura, pecuária e indústria, devido ao excesso de chuvas na semana de 28 a 31 que culminaram na madrugada do dia 30 na situação de emergência. DANOS HUMANOS: Casas alagadas no bairro Cristo Rei 02 residências, perímetro urbano, o qual afetou 05 pessoas. Devido a destruição das galerias localizadas na SC-479, que liga o município de Ipuauçu a Abelardo Luz, via de acesso ao frigorífico JMS o qual tem 128 funcionários, tendo afetado de forma temporária, o deslocamento de aproximadamente 250 pessoas dia na referida rodovia; Cancelamento das aulas, na Escola da comunidade do Toldo Velho e Escola Pré-Escolar Pequeno Príncipe da comunidade indígena Sede Xapecó, totalizando 190 alunos, que tiveram as aulas canceladas no dia 30/05 por ocasião da destruição de bueiros, pontes e estradas que dão acesso até as referidas escolas. DANOS MATERIAIS: Destruição das galerias localizadas na SC-479, que liga o município de Ipuauçu a Abelardo Luz; Destruição de Bueiros e estradas na Comunidade de Toldo Velho; Destruição de Bueiros e estradas na Comunidade de São João; Destruição de Bueiros e estradas na Comunidade de Indígena Sede Xapecó; Destruição de Bueiros e estradas na Comunidade de Samburá; Destruição de Bueiros e estradas na Comunidade de São Cristóvão; Destruição de Bueiros e estradas na Comunidade de linha Salete; Destruição de Bueiros e estradas na Comunidade de indígena Pinhalzinho. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PRIVADOS: AGRICULTURA: Milho prejuízo de R\$ 46,600,00; Soja prejuízo de R\$ 144,000,00; Solo Erosão prejuízo de R\$ 1.305,000,00. INDÚSTRIA: Frigorífico JMS - prejuízo de R\$ 201,720,00 em Equipamentos, Estruturas Muros, Rampas, palanques de concreto, Motores, Danos Eléctricos, Chave de transferência Holec, Capacitores, Fusíveis, Quadro de Comando Casa de Maquinas, Disjuntor, 04 dias sem abate/suínos/transporte. Além de um agricultor na linha Casarin, 02 bombas de irrigação queimadas- prejuízo de R\$ 2.900,00.

DATA: 17/02/2020	DESASTRE: Doenças infecciosas virais
DESCRIÇÃO: Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	
INFORMAÇÕES GERAIS: LOCALIZAÇÃO: Toda a área do Município. Urbana e Rural. CAUSAS E EFEITOS: Diante da Pandemia de SARS-CoV-2 COVID-19 (Coronavírus), o Governo do Estado de Santa Catarina decretou isolamento social da população (Decreto n. 515 de 17 de março de 2020 e 525 de 23 de março de 2020) a fim de conter a transmissão do vírus. A COVID-19 causa infecção respiratória, podendo evoluir para quadros graves de pneumonia. As pessoas mais afetadas são os idosos e imunossuprimidos. DANOS HUMANOS: 7514 pessoas afetadas, número total da população afetada pelo isolamento social. (População estimada para o ano de 2019 segundo IBGE).	

DATA: 10/06/2020	DESASTRE: Tempestade Local / Convectiva - Vendaval
DESCRIÇÃO: Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.	
INFORMAÇÕES GERAIS: LOCALIZAÇÃO: O Vendaval ocorrido na madrugada do dia 10/06/2020 atingiu as seguintes comunidades do interior do Município: Toldo Velho, Linhas Salete e Olaria-São Brás, além das Aldeias	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Indígenas Pinhalzinho e Sede, da Terra Indígena Xaçecó. Cerca de 44 famílias foram atingidas. Destas, 34 residências encontram-se na Terra Indígena Xaçecó. CAUSAS E EFEITOS: A tempestade que atingiu o município começou ainda na noite do dia 09/06/2020. Contudo, por volta das 00h e 00h30min do dia 10/06/2020 se intensificou, momento em que houve um vendaval. Apesar de o Município não possuir estação meteorológica do INMET, a Defesa Civil informou que os ventos chegaram a velocidade de 80km/h. Suficiente para causar danos nas residências das famílias, tendo em vista que 10 das 44 residências afetadas, de acordo com o levantamento inicial, estão localizadas fora da Terra Indígena. Os materiais mais humildes aplicados na construção das residências das famílias indígenas corroboraram para que os danos fossem intensificados. O levantamento inicial deu conta de que 44 famílias (140 pessoas) tiveram destelhamento em suas residências. Pluviômetros manuais indicaram que, entre às 17h do dia 09 e às 09h do dia 10, choveu 75 mm. DANOS HUMANOS: O evento não causou nenhum óbito. Não deixou ninguém enfermo nem desaparecido ou desalojado. 01 (uma) pessoa ficou ferida ao cair do telhado quando tentava realizar manutenção. Não procurou atendimento de saúde no Município; Ao todo, 135 pessoas tiveram suas residências afetadas pelo vendaval; Destas, 04 (quatro) pessoas foram abrigadas no Centro de Clube de Mães da Aldeia Pinhalzinho, tendo em vista que sua residência é de madeira e fora deslocada de sua fundação pelo vento. DANOS MATERIAIS: O levantamento inicial deu conta de 43 residências com destelhamento. 01 (uma) casa de madeira foi deslocada de sua fundação, razão pela qual uma família necessitou deixar a residência diante do risco que apresentava, sendo acolhidos no Centro do Clube de Mães da Aldeia Pinhalzinho; Não houve registro de danos em instalações públicas; O grande volume de chuva causou inúmeros danos nas estradas de terra do interior do município, razão pela qual a Secretaria de Obras estimou a quantia de 8.300 l de óleo diesel para sua recuperação. PREJUÍZOS: O grande volume de chuva causou danos nas estradas de terra do interior do município, razão pela qual a Secretaria de Obras estimou a quantia de 8.300 l de óleo diesel para sua recuperação (Valor do litro do óleo diesel licitado: R\$2,849, preço vigente no dia 15/06/2020 - R\$23.646,70 de prejuízo para recuperação). A Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda (EMPRESA PRIVADA) informou, através da Correspondência n. 1136/2020 - anexa, que os danos e prejuízos decorrentes do vendaval foram de R\$4.600,00. Ao todo, 98 unidades consumidoras foram afetadas com interrupção de energia elétrica. A empresa respondeu ainda que foram danificados 03 postes de concreto de média tensão, bem com condutores e isoladores, com prejuízo de R\$4.600,00. Até o encerramento do presente, a empresa Celesc não informou os danos em sua estrutura, embora oficiada pela COMPDEC (Ofício n. 03/2020). PREJUÍZOS PRIVADOS: A EPAGRI informou que os danos e prejuízos causados pelo vendaval e excesso de chuvas no município chega a quantia de R\$173.000,00.

DATA: 30/06/2020

DESASTRE: Tempestade Local / Convectiva - Vendaval

DESCRIÇÃO: Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.

INFORMAÇÕES GERAIS: LOCALIZAÇÃO: O Ciclone bomba ocorrido no dia 30 de junho de 2020, por volta das 13h, causou danos em todo o território do Município. Destacam-se as aldeias indígenas Pinhalzinho, Água Branca, Olaria e Sede da Terra Indígena Chapecó, além da comunidade São Cristóvão, todas localizadas no interior do Município. O levantamento inicial deu conta de que 159 pessoas foram diretamente afetadas. Uma empresa localizada na linha Duque de Caxias, que realiza a trituração de madeira para servir como combustível



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

para caldeiras teve seu telhado totalmente destruído. CAUSAS E EFEITOS: Os ventos causados pelo Ciclone bomba que atingiu o Município de Ipuçu no dia 30 de junho de 2020, por volta das 13h, segundo a Defesa Civil, ultrapassaram os 100 km/h. Afetaram diretamente 159 pessoas, de 33 famílias, sendo a maioria residentes na Terra Indígena Xaçecó. Uma empresa do interior do município teve a estrutura do telhado totalmente destruída. Pluviômetros manuais indicam que houve uma precipitação de 40 mm. DANOS HUMANOS: O ciclone causou danos em 33 residências. Ao todo, 159 pessoas foram afetadas diretamente, diante do destelhamento de suas residências. Com o destelhamento e as chuvas que ocorreram durante e após o evento, os colchões, cobertas e travesseiros de integrantes de 16 famílias foram molhados. DANOS MATERIAIS: As 33 residências afetadas estão localizadas nas comunidades/aldeias: São Cristóvão: 1; Pinhalzinho: 1; Água Branca: 1; Olaria 21; Sede: 9. Os danos concentram-se nos telhados das residências. A doação de telhas de fibrocimento da Defesa Civil compreende a quantia de R\$ 11.664,32. O Município empregou a quantia de R\$ 17.011,00 para resposta ao desaste, correspondente na aquisição de pregos/parafusos telheiros, lona, cumeeiras de 4 mm e 6 mm, madeira para telhado. Instalações e obras públicas não foram afetadas com o ciclone. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PRIVADOS: Uma indústria que realiza a trituração de madeira, localizada no interior do município - Linha Duque de Caxias, teve toda a estrutura do telhado arrancada pela força do vento - cerca de 270m² (12m x 18m + 9m x 6m). Estimou-se o prejuízo de R\$ 35.000,00.

DATA: 10/11/2020	DESASTRE: Estiagem
DESCRIÇÃO: Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	
INFORMAÇÕES GERAIS: LOCALIZAÇÃO: A estiagem que ocorre no Município de Ipuçu desde o mês de junho de 2019 (conforme boletim da EPAGRI Ciram - anexo) vem causando diversos danos, tanto na agricultura e pecuária, como também no abastecimento de água, seja para consumo humano e/ou animal. Deste modo, todo o Município encontra-se, de algum modo, afetado por este evento. Destaca-se a falta de água para consumo humano na região do perímetro urbano e nas Aldeias da Terra Indígena Xaçecó, situados no interior do Município. Assistência Social e Secretaria Especial de Saúde Indígena informaram que aproximadamente 2425 pessoas foram afetadas pela falta ou diminuição da captação de água. O cultivo agrícola de todas as áreas do Município resta afetado pela falta de chuva, conforme narra o parecer técnico da EPAGRI. Água para consumo animal também tem se tornado uma dificuldade, principalmente nas Comunidades de Toldo Velho, Nossa Senhora das Graças e Linha Alto da Serra. CAUSAS E EFEITOS: A redução/falta de reposição hídrica nos mananciais, lagos, fontes, rios e lençol freático ocasionada pela diminuição dos níveis pluviométricos desde o mês de junho de 2019 (conforme boletim da EPAGRI Ciram - anexo) indica um déficit superior a 800 mm de chuva. A CASAN informou que houve redução de 15% da captação de água para nos poços artesianos que abastecem o perímetro urbano. DANOS HUMANOS: A estiagem, até o momento, não causou nenhum morto, ferido, enfermo, desabrigado, desalojado ou desaparecido. O maior problema que a estiagem vem causando para os Municípios Ipuçuenses é a falta de água, principalmente para consumo humano. Os documentos anexados demonstram que a SESAI vem transportando cerca de 110 mil litros de água na semana, e isso não é o suficiente para atender a demanda da população indígena. O sistema de abastecimento das aldeias é precário, composto por pequenas caixas d'água dispostas às margens das estradas, para facilitar o	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

abastecimento pelo caminhão pipa. São de uso coletivo e exclusivamente para consumo humano. Outrossim, a diminuição da captação de água nos poços artesianos da CASAN provoca a realização de manobras de registro para garantir o abastecimento. As constantes faltas de água nas regiões mais altas da cidade são remediadas com a interrupção do fornecimento de água de parte da cidade para que aquela seja abastecida. Deste modo, todas as unidades consumidoras são afetadas. SESAI e Secretaria de Assistência Social de Ipuauçu indicam que aproximadamente 2745 pessoas são afetadas com a estiagem (até o presente momento, pois não se sabe até quando as fontes responsáveis pelo abastecimento de determinadas comunidades manterão sua vazão). Os relatórios encaminhados pela chefe do Polo da SESAI indicam que 150 famílias estão necessitando do auxílio da DCSC com o fornecimento dos reservatórios de água, o que se pode estimar cerca de 600 indígenas. Outrossim, considerando que as manobras operacionais da CASAN afetam as 715 unidades consumidoras, estima-se que 2145 consumidores sejam afetados. DANOS AMBIENTAIS: SESAI e Secretaria de Assistência Social de Ipuauçu indicam que aproximadamente 2745 pessoas são afetadas com a estiagem (até o presente momento, pois não se sabe até quando as fontes responsáveis pelo abastecimento de determinadas comunidades manterão sua vazão). Levando em conta o levantamento realizado pela COMPDEC e Secretaria Municipal de Saúde, atualmente o Município conta com 7776 habitantes. Assim, a diminuição/exaurimento hídrico afetam cerca de 35,30% da população. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PRIVADOS: De acordo com o relatório da EPAGRI aportado aos autos com dados referentes ao ano de 2020 da conta de que os prejuízos econômicos em decorrência da estiagem chegam a quantia de R\$ 23.557.135,06, em que se destacam percas na: 1) bovinocultura de leite, com queda da produção de 10%, alcançando o valor de R\$ 2.151.075,00; 2) milho para silagem, com produtividade estimada em 60% do esperado, alcançando o prejuízo de R\$ 3.705.600,00; 3) milho (grão), com redução de produtividade em 35% e valor das perdas estimado em R\$ 2.143.750,00; 4) soja, com diminuição de 20% da produtividade esperada, o que gera um prejuízo na casa dos R\$ 15.237.720,06; e 5) feijão, com queda de 20% da produção e consequente prejuízo de R\$ 318.990,00.

DATA: 23/03/2021

DESASTRE: Tempestade Local / Convectiva - Vendaval

DESCRIÇÃO: Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.

INFORMAÇÕES GERAIS: LOCALIZAÇÃO: O vendaval do dia 23/03/2021 atingiu as seguintes localidades: Linha Casarin, Linha Ceron, Loteamento Industrial e Bairro Cristo Rei (COHAB). Os danos causados em residências concentram-se no bairro Cristo Rei/COHAB (28). Danos em comércios verificam-se no Loteamento Industrial (1) e Bairro Cristo Rei (1). Linha Casarin comporta danos em estufa de produção de morangos e destruição de um barracão de ordenha, bem como danos em cultivar de milho, danos que se propagam à linha Ceron. A Creche Municipal que está em construção no bairro Cristo Rei também foi atingida pelo vendaval. O levantamento indica danos em 28 residências, destas, 4 possuem seguro. Assim, 24 famílias necessitaram de auxílio do Município e da Defesa Civil. 86 pessoas foram afetadas pelo vendaval. CAUSAS E EFEITOS: As 17h15min do dia 23/03/21, um vendaval, acompanhado de granizo e pancada isolada de chuva, atingiu o Município de Ipuauçu. Não se tem o registro da velocidade do vento, tendo em vista a ausência de estação na região. A COMPDEC está localizada junto a Secretaria de Agricultura do Município, onde se tem um pluviômetro manual que registrou 30mm de chuva. Contudo, o pluviômetro manual instalado em propriedade localizada na



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Linha Casarin registrou 60mm de chuva. De se registrar que, em linha reta, segundo o goolge maps, a distância é inferior a 800 metros. O levantamento indicou a ocorrência de danos em 28 residências, 2 comércios (fábrica de tubos e depósito de empresa de irrigação), 1 barracão de ordenha de vacas leiteiras, 1 estufa de morangos e danos/prejuízos em cultivares de milho (para grão e silagem) e feijão. As residências atingidas estão localizadas em bairro humilde (bairro Cristo Rei/COHAB), com pessoas mais hipossuficientes do Município (excetuando a Reserva Indígena), razão pela qual carecem que auxílio assistencial para recuperar o que perderam. Desta feita, o Município, "sozinho", não consegue atender as famílias atingidas, necessitando, assim, Decretar situação de emergência para buscar auxílio à Defesa Civil. DANOS HUMANOS 86 pessoas afetadas. Todas as residências atingidas estão localizadas no bairro Cristo Rei. Em razão dos danos causados nos telhados das residências, 3 famílias (14 pessoas ao todo) necessitaram deixar suas casas e foram acolhidos em casas de familiares. Outras 72 pessoas foram afetadas pelas caudas do vendaval, com danos em mobília, roupas e colchões. DANOS MATERIAIS: A Creche Municipal em fase final de construção que foi atingida pelo vendaval comporta danos em estrutura do teto (de gesso). O levantamento realizado pela equipe de engenharia da Prefeitura indica o valor do dano em R\$ 3.000,00. As unidades habitacionais comportam danos na estrutura dos telhados, casado pelo vento, e em móveis, eletrodomésticos e etc. causados pela chuva. A somatória de IAH doados pela Defesa Civil e Município somam a quantia de R\$ 16.915,98. Aliado a isso, tem-se danos em mobília e equipamentos elétricos, o que a COMPDEC julga como prudente a quantia média de R\$ 2.000,00 para cada família atingida, somando, assim, o valor total em danos materiais o montante de R\$ 64.915,98 (R\$16.915,98 referente aos IAH + R\$48.000,00 referente a média de danos em móveis e eletrodomésticos que as 24 famílias tiveram). Importa mencionar que, apesar de 3 famílias estejam em situação de desalojamento, não se tem o registro de destruição da estrutura, visto que "apenas" o telhado fora atingido, razão pela qual não foi contabilizado no campo "quantidades destruídas". PREJUÍZO ECONÔMICO PRIVADO: O granizo afetou plantações de milho para grão e silagem e feijão. O levantamento feito pela EPAGRI indica o prejuízo de R\$ 84.232,00, em uma área superior a 88ha. O setor de engenharia da Prefeitura levantou o prejuízo de R\$ 65.000,00 nas estruturas físicas dos comércios em razão da força do vento. Indústria, pecuária e serviços não foram afetados.

DATA: 27/04/2021	DESASTRE: Doenças infecciosas virais
DESCRIÇÃO: Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	
INFORMAÇÕES GERAIS: (replicadas as informações da primeira decretação por conta da pandemia do coronavirus – procedimento realizado pela DCSC)	

DATA: 08/06/2021	DESASTRE: Estiagem
DESCRIÇÃO: Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	
INFORMAÇÕES GERAIS: LOCALIZAÇÃO: A estiagem que atinge o Município de Ipuçu - e toda região - causa danos em todas as áreas. A população do perímetro urbano, que são atendidos pela CASAN, bem como a população das Aldeias	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Indígenas Pinhalzinho, Água Branca, Olaria, Serro Doce e Sede da Terra Indígena Xaçecó são as mais afetadas com a falta que chuva, que provocou a diminuição da vazão dos poços artesianos e de águas superficiais, e de fontes do tipo tubo em pé ou caxambú (muito comuns no interior do Município). Isso faz com que a concessionária estadual de abastecimento a realizar manobras de registro para, em determinados horários, interromper o abastecimento em parte do município para possibilitar o acesso de água em locais mais altos. Outrossim, por parte da DSEI, SESAI e AISAN, responsáveis pela saúde e saneamento indígena, é feito o aporte no abastecimento de água com caminhão pipa em reservatórios comunitários alocados as margens da rodovia. Além disso, setores da agricultura e pecuária de todo o território municipal foi - e é - afetado pela diminuição da precipitação, conforme relatório emitido pela EPAGRI, em anexo. CAUSAS E EFEITOS: Tem-se o registro do início do déficit de chuva no mês de junho do ano de 2019 até o presente momento. A COMPDEC de Ipuacu, em análise ao boletim emitido pela EPAGRI em outubro de 2020 e as medições realizadas no pluviômetro manual da Secretaria Municipal de Agricultura, a falta de 1.186 mm de chuva, soma realizada de acordo com a previsão de chuva esperada pelo mês (considerando a média histórica). Esta falta de chuva provocou o desabastecimento dos lençóis freáticos, fontes, nascentes, o que causa dificuldades no acesso a água potável pela população de Ipuacu. Outrossim, os prejuízos na agricultura e pecuária são evidentes e foram mensurados na casa de R\$ 17.735.073,15, de acordo com Engenheiro Agrônomo da EPAGRI. DANOS HUMANOS: 5910 pessoas afetadas. Número eferente aos habitantes do perímetro urbano do município e dos indígenas da Terra Indígena Xaçecó, que sofrem com o abastecimento em forma de rodízio pela CASAN e pela diminuição do nível de água dos poços e fontes que abastecem as aldeias, o que obriga o transporte de água potável às famílias, respectivamente. DANOS AMBIENTAIS: O deficit da precipitação que ocorre no Município levou a diminuição da vazão de poços e fontes, atingindo cerca de 5910 habitantes, o que corresponde a 76% da população de Ipuacu. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PRIVADOS: A falta de chuva causou considerável perda de produtividade no setor agrícola, conforme demonstrado no relatório elaborado por técnico da EPAGRI. De se registrar a perda de 50% da produtividade no milho para silagem. Cultivos de Feijão e de Soja atingem percas de 45% do esperado. O Milho (grão) atinge a redução de 30% da produção esperada, em uma área afetada de 4.773 ha (no total). Na pecuária, o prejuízo atinge 12% de queda na produção de leite, em razão da má qualidade da pastagem. No total, o prejuízo distribuídos entre as 240 unidades produtivas atinge o valor de R\$ 17.735.073,15.

DATA: 21/09/2021

DESASTRE: Tempestade Local / Convectiva - Granizo

DESCRIÇÃO: Precipitação de pedaços irregulares de gelo.

INFORMAÇÕES GERAIS:

LOCALIZAÇÃO: A chuva de granizo ocorrida no dia 21/09/2021, por volta das 7h da manhã, afetou a Comunidade de São Cristóvão e Aldeias Água Branca, Baixo Samburá, Barro Preto, Cerro Doce, Fazenda São José, Olaria, Pinhalzinho, Serrano, e Sede da Terra Indígena Xaçecó. Os danos foram registrados apenas na área rural do município e em sua população mais vulnerável.

CAUSAS E EFEITOS: A chuva de granizo durou menos de 10 minutos (entre às 7h e 7h15min da manhã), tempo suficiente para afetar mais de 595 estruturas habitacionais (2183 pessoas). Não houve o registro de rajadas intensas de vento, e a precipitação média no município foi de 10mm.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DANOS HUMANOS: 2183 PESSOAS AFETADAS. A chuva de granizo destruiu boa parte dos telhados das residências das famílias indígenas. Diante da vulnerabilidade destas, o telhado das residências não suportaram a intensidade das "pedras de gelo". Ainda, mais de 85% das residências não possuem forro no teto, conforme relatório fotográfico, o que aumentam ainda mais os danos nos pertences das famílias. O desastre não causou nenhum ferido ou óbito, nem foram registrados desabrigados, desalojados ou desaparecidos.

DANOS MATERIAIS: O evento causou danos em 595 unidades habitacionais. O custo apurado para conserto do telhado (apenas de telhas e cumeeiras) ultrapassa o valor de R\$ 495.035,96 (pois falta a contabilização com pregos e parafusos telheiros. Valor correspondente ao licitado pela DCSC). **PREJUÍZO ECONÔMICO PRIVADO:** Produção agrícola R\$ 15.875,23.

DATA: 05/01/2022

DESASTRE: Estiagem

DESCRIÇÃO: Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.

INFORMAÇÕES GERAIS: **LOCALIZAÇÃO:** Todo o território do Município registra danos em decorrência da estiagem. Os prejuízos econômicos privados e os danos ambientais estão presentes em todas as comunidades, e o dano humano se concentra com maior intensidade no perímetro urbano e nas aldeias indígenas Pinhalzinho, Cerro Doce e Água Branca, da Terra Indígena Xaçecó. **CAUSAS E EFEITOS:** Registra-se diminuição da precipitação prevista para o Município desde meados do ano de 2019. Estima-se um déficit superior a 1500 mm de chuva nestes últimos 30 meses analisados. A falta de reposição hídrica do lençol freático causou a diminuição de 15% na vazão dos poços artesianos operados pela CASAN. As fontes e poços de águas superficiais (modalidade de abastecimento mais comum nas regiões do interior, especialmente da TI Xaçecó) sentem com maior intensidade as consequências da falta de chuva regular. **DANOS HUMANOS:** A falta de chuva regular coloca o total de 3901 ipuaçuenses em situação de alerta. A diminuição da vazão dos poços artesianos da CASAN obriga a realização de manobras de registro que acarretam em rodízio de abastecimento, a fim de garantir o acesso a água em todas as regiões do perímetro urbano. O rodízio no abastecimento de água afeta 2032 munícipes, todos residentes no perímetro urbano. A SESAI, órgão federal responsável pela saúde e saneamento indígena, informou que realiza o transporte de água, por meio de caminhão pipa, para 3 aldeias da TI Xaçecó, atendendo a 1869 indígenas. **DANOS AMBIENTAIS:** A diminuição de ao menos 15% na vazão dos poços artesianos da CASAN, bem com a seca de fontes e poços de águas superficiais causados pela falta de chuva atingem ao menos 3901 pessoas. 2032 residentes no perímetro urbano do Município, região de abrangência da CASAN, e 1869 pessoas residentes no interior, especialmente na reserva indígena. 50,16% da população municipal foi afetada com o exaurimento hídrico. **PREJUÍZOS ECONÔMICOS PRIVADOS:** É notório que a falta de chuva causa prejuízo no crescimento das plantações. Soja e milho, cultivares mais comuns nesta época no Município, foram amplamente prejudicadas pela estiagem, que prejudicou o crescimento da planta e o desenvolvimento do grão. A diminuição da qualidade da pastagem também afetou o setor leiteiro, visto que as pastagens e a silagem do milho também sofreram com os efeitos causados pela estiagem. **AGRICULTURA:** R\$ 57.726.600,00. **PECUÁRIA:** R\$ 1.353.099,60.

DATA: 11/10/2022

DESASTRE: Tempestade Local/Convectiva-Chuvas Intensas



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESCRIÇÃO: São chuvas que ocorrem com acumulados significativos causando múltiplos desastres (ex. inundações, movimentos de massa, enxurradas etc.).

INFORMAÇÕES GERAIS: As chuvas intensas causaram danos no município como um todo. As localidades com danos diretos a população, seja pela entrada de água na residência ou pelo isolamento da residência causado pela elevação dos níveis dos córregos ou pelo acúmulo de água nas baixadas são: Bairro Cristo Rei/COHAB, Linha São Cristóvão, Linha Toldo Velho, Linha Calegari e Aldeia Indígena Pinhalzinho. 152 residências foram afetadas pelo evento, totalizando 595 pessoas. As demais regiões do município apresentam danos nas estradas e prejuízos na agricultura por conta da forte e persistente enxurrada. Podemos destacar as comunidades de Linha Salete, São Brás, Bela Esperança, Ceron, Canhadão, Nossa Senhora das Graças e Vila União e as Aldeias Indígenas Cerro Doce e Serrano. **CAUSAS E EFEITOS:** A chuva começou a ser registrada no fim do dia 09/10. No amanhecer do dia 10, com os primeiros 110mm de chuva, já se registravam alagamentos pontuais em bueiros que não venciam escoar a água. Deslizamentos de pequeno porte interditaram uma pista da SC480 e muita lama fora carregada para cima das vias em vários pontos do Município. Às 17h do dia 10 o acumulado de chuva atingiu 160mm. Nas primeiras horas do dia 11 os alagamentos e interdições de comunidades do interior já davam conta de que o Município não conseguiria responder sozinho ao desastre. 250mm de chuva acumulada já era registrado pelo pluviômetro manual da Secretaria de Agricultura, local que esta COMPDEC está lotada e realiza o monitoramento. No final do dia 11 o total de chuva registrado nas 72h de evento fora de 293mm. Em alguns pontos do interior, agricultores relataram precipitação superior a 350mm. O total de pessoas afetadas pela chuva foi de 595, tanto por terem ficado ilhado em suas comunidades/residências por conta da elevação dos níveis da água, quanto os que tiveram sua casa invadida pelo acúmulo de água que se formou em velocidade superior ao que o solo pudesse absorver ou as redes pluviais/córregos pudessem escoar o acumulado de água. O Município montou um abrigo na Escola Municipal Monteiro Lobato, contudo não foi utilizado. Não houve necessidade abrigar ou alojar as pessoas afetadas. **DANOS HUMANOS:** Algumas residências foram alagadas, mas não foi contabilizado dano ou destruição. Tem-se o dano em mobília, o que as famílias não repassaram ao Município. A infraestrutura viária municipal foi afetada pelo desastre, cuja enxurrada persistente danificou cerca de 76 km de estradas municipais, além de bueiros e ponte. Somando a esse valor temos o gasto com os tubos de concreto necessários para a recuperação de bueiros, conforme detalhado no Relatório da Secretaria de Obras anexo. O valor necessário para que o Município responda a esse desastre com a recuperação dos 15 trechos de estradas e dos 15 bueiros é de R\$ 921.389,00. A Secretaria de Educação informou a suspensão de aula por conta da dificuldade de transporte, mas não houve danos na estrutura das escolas. **DANOS AMBIENTAIS:** A Secretaria de Assistência Social informou que um poço de água superficial foi inundado pelo alagamento na aldeia Campos Oliveira (divisa com linha São Cristóvão). Uma família com 6 pessoas foi afetada, mas já foi realizado o abastecimento com ajuda de vizinhos. Esse tipo de poço escavado à mão nos quintais de casa são muito comuns nas Aldeias Indígenas do Município. A COMPDEC solicitou informalmente a SESAI, órgão responsável pela saúde e saneamento indígena, informações sobre a poluição dos poços, mas não houve resposta até o envio do processo. **PREJUÍZO ECONÔMICO PÚBLICO:** O Município já empregou a quantia de R\$ 20.820,80 para aquisição de óleo diesel, utilizado na resposta inicial ao desastre, com o restabelecimento do trânsito, procedendo a limpeza das vias de acesso, estradas e bueiros. Os demais serviços essenciais não foram prejudicados, ao menos financeiramente,



pelo evento. PREJUÍZO ECONÔMICO PRIVADO: A agricultura no município registra o prejuízo de R\$ 8.877.817,25, conforme levantamento emitido pelo escritório municipal da Epagri. Ao todo, 7000 ha foram afetados pelo alto índice de chuva. Apesar de ser indicado o prejuízo na pecuária, não foi possível estimar o valor, isso porque os produtores rurais não apresentaram as NF de produtor ao setor da exatoria, bem como os laticínios não informaram ainda a queda de produção registrada. Uma indústria situada às margens do córrego Lajeado Grande, na SC 479, teve suas instalações atingidas pela enchente. Entretanto, em conversa com o gerente da unidade, as informações sobre danos e prejuízos em equipamentos seriam levantadas após o dia 21/10, quando o serviço de manutenção concluir a avaliação (informação que extrapola o prazo para envio do processo para análise/homologação do Estado).

5. Gestão de Risco em Desastres

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde Ambiental, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 2022, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é o servidor Renato Samuel Pedroso, alocado (a) na Vigilância Sanitária.

Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Etapa	Fase	Objetivo
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

5.1 Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE

Abaixo podemos conferir os desastres de origem natural dos grupos Geológicos, Hidrológicos e Meteorológicos, grupos estes que ocorrem com maior frequência no Município, de acordo com o histórico apontado no item 4.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA	
1. NATURAIS	1. Geológico	1. Terremoto	1. Tremor de terra	0	Vibrações do terreno que provocam oscilações verticais e horizontais na superfície da Terra (ondas sísmicas). Pode ser natural (tectônica) ou induzido (explosões, injeção profunda de líquidos e gás, extração de fluidos, alívio de carga de minas, enchimento de lagos artificiais).	1.1.1.1.0	
			2. Tsunami	0	Série de ondas geradas por deslocamento de um grande volume de água causado geralmente por terremotos, erupções vulcânicas ou movimentos de massa.	1.1.1.2.0	
		2. Emissão vulcânica	0	0	Produtos/materiais vulcânicos lançados na atmosfera a partir de erupções vulcânicas.	1.1.2.0.0	
		3. Movimento de massa	1. Quedas, tombamentos e rolamentos	1. Blocos	As quedas de blocos são movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre. Os tombamentos de blocos são movimentos de massa em que ocorre rotação de um bloco de solo ou rocha em torno de um ponto ou abaixo do centro de gravidade da massa desprendida. Rolamentos de blocos são movimentos de blocos rochosos ao longo de encostas, que ocorrem geralmente pela perda de apoio (descolamento).	1.1.3.1.1	
				2. Lascas	As quedas de lascas são movimentos rápidos e acontecem quando fatias delgadas formadas pelos fragmentos de rochas se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.	1.1.3.1.2	
				3. Matacões	Os rolamentos de matacões são caracterizados por movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas e movimentam-se num plano inclinado.	1.1.3.1.3	
				4. Lajes	As quedas de lajes são movimentos rápidos e acontecem quando fragmentos de rochas extensas de superfície mais ou menos plana e de pouca espessura se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.	1.1.3.1.4	
			2. Deslizamentos	1. Deslizamentos de solo e/ou rocha	São movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, os primeiros sinais desses movimentos são a presença de fissuras.	1.1.3.2.1	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA		
1. NATURAIS	1. Geológico	3. Corridas de massa	1. Solo/Lama	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, o solo/lama, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.	1.1.3.3.1			
			2. Rocha/Detrito	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, rocha/detrito, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.	1.1.3.3.2			
		4. Subsídências e colapsos	0	Afundamento rápido ou gradual do terreno devido ao colapso de cavidades, redução da porosidade do solo ou deformação de material argiloso.	1.1.3.4.0			
		4. Erosão	1. Erosão costeira/Marinha	0	Processo de desgaste (mecânico ou químico) que ocorre ao longo da linha da costa (rochosa ou praia) e se deve à ação das ondas, correntes marinhas e marés.	1.1.4.1.0		
			2. Erosão de margem fluvial	0	Desgaste das encostas dos rios que provoca desmoronamento de barrancos.	1.1.4.2.0		
			3. Erosão continental	1. Laminar	0	Remoção de uma camada delgada e uniforme do solo superficial provocada por fluxo hídrico não concentrado.	1.1.4.3.1	
		2. Ravinas		0	Evolução, em tamanho e profundidade, da desagregação e remoção das partículas do solo de sulcos provocada por escoamento hídrico superficial concentrado.	1.1.4.3.2		
		3. Boçorocas		0	Evolução do processo de ravinamento, em tamanho e profundidade, em que a desagregação e remoção das partículas do solo são provocadas por escoamento hídrico superficial e subsuperficial (escoamento freático) concentrado.	1.1.4.3.3		
		2. Hidrológico	1. Inundações	0	0	Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.	1.2.1.0.0	
			2. Enxurradas	0	0	Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	1.2.2.0.0	
	3. Alagamentos		0	0	Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.	1.2.3.0.0		



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA		
1. NATURAIS	3. Meteorológico	1. Sistemas de grande escala/Escala regional	1. Ciclones	1. Ventos costeiros (mobilidade de dunas)	Intensificação dos ventos nas regiões litorâneas, movimentando dunas de areia sobre construções na orla.	1.3.1.1.1		
				2. Marés de tempestade (ressaca)	São ondas violentas que geram uma maior agitação do mar próximo à praia. Ocorrem quando rajadas fortes de vento fazem subir o nível do oceano em mar aberto e essa intensificação das correntes marítimas carrega uma enorme quantidade de água em direção ao litoral. Em consequência, as praias inundam, as ondas se tornam maiores e a orla pode ser devastada alagando ruas e destruindo edificações.	1.3.1.1.2		
			2. Frentes frias/Zonas de convergência	0	Frente fria é uma massa de ar frio que avança sobre uma região, provocando queda brusca da temperatura local, com período de duração inferior à friagem. Zona de convergência é uma região que está ligada à tempestade causada por uma zona de baixa pressão atmosférica, provocando forte deslocamento de massas de ar, vendavais, chuvas intensas e até queda de granizo.	1.3.1.2.0		
		2. Tempestades	1. Tempestade local/Convectiva	1. Tornados	1. Tornados	Coluna de ar que gira de forma violenta e muito perigosa, estando em contato com a terra e a base de uma nuvem de grande desenvolvimento vertical. Essa coluna de ar pode percorrer vários quilômetros e deixa um rastro de destruição pelo caminho percorrido.	1.3.2.1.1	
				2. Tempestade de raios	2. Tempestade de raios	Tempestade com intensa atividade elétrica no interior das nuvens, com grande desenvolvimento vertical.	1.3.2.1.2	
				3. Granizo	3. Granizo	Precipitação de pedaços irregulares de gelo.	1.3.2.1.3	
				4. Chuvas intensas	4. Chuvas intensas	São chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando múltiplos desastres (ex.: inundações, movimentos de massa, enxurradas, etc.).	1.3.2.1.4	
				5. Vendaval	5. Vendaval	Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.	1.3.2.1.5	

Link do COBRADE: <http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/formularios/COBRADE.pdf>



5.2 Atuação de gestão do risco na ocorrência de deslizamentos e enchentes

Este plano de contingência busca preparar as estruturas municipais para atendimento dos eventos adversos de origem geológica e hidrológica, sobretudo os deslizamentos e enchentes.

5.2.1 Redução de riscos

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	Renato Samuel Pedroso
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Renato Samuel Pedroso
Mitigação	Implantação da Sala de Situação e articulação com a Defesa Civil Municipal para avaliação dos danos e riscos causados pelo evento	Prefeita(o), Membro da Defesa Civil, Secretário(a) de Saúde e Ponto Focal
	Acompanhamento da remoção das famílias das áreas de risco (antes do agravamento da situação)	Equipe da Assistência Social, Defesa Civil e Equipe Técnica da Saúde
Preparação	Realização de simulados com as equipes de atenção básica,	Equipe de Vigilância Sanitária Municipal, Defesa Civil Municipal



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	principalmente com aqueles destacados para o atendimento	
	Educação continuada com a equipe de atendimento	Enfermeira Responsável pela Unidade
	Verificar os estoques dos insumos médico-hospitalares	<u>Medicamentos</u> : Andressa Facco Frosi; <u>Insumos</u> : Rafaela Balastrelli
	Comunicação entre os membros do Comitê de Monitoramento de Eventos - CME	Servidores nomeados na portaria/decreto de criação do CME

5.2.2 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Renato Samuel Pedroso Ponto focal do VIGIDESASTRES municipal.
	Levantamento, triagem e atendimento de vítimas dos desastres	Equipe de atenção básica



5.2.3 Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Fiscalização da manutenção/reparo nas redes de água e esgoto	Fiscal VISA / Ponto Focal
	Fiscalização e vistoria dos estabelecimentos com depósito de alimentos	Fiscal VISA / Ponto Focal
	Fiscalização e vistoria dos abrigos públicos	Fiscal VISA / Ponto Focal
	Serviços clínicos básicos, sobretudo atendimento psicológico	Equipe de atenção básica / Psicóloga(o) da UBS

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública em todo território Municipal. Havendo necessidade de ativação do COES (PORTARIA Nº052 DE 27 DE MARÇO DE 2023 , PORTARIA Nº177 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.), a Secretaria Municipal de Saúde entrará em contato com o Poder Executivo, responsável pela ativação do Comitê (ESPIL,ESPIE, ESPIN,ESPII).

6.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde (item 6.1). Os representantes (Quadro 00)



terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

Lista de representantes da SMS

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	e-mail
Raquel Biasotto	(49) 99825-8942	saude@ipuacu.sc.gov.br
Renato Samuel Pedroso	(49) 99933-8371	renatosamuelpedroso2@gmail.com
Carolina Vaz Dias	(49) 99952-3614	carolinaavdiaas@gmail.com
Andressa Facco Frosi	(49) 98804-0985	andressafacco@hotmail.com
Eliane Fátima Vaz	(49) 99151-6207	vazelianefatima@gmail.com

7. Informações à população

A Secretaria Municipal de Saúde conta com os seguintes meios de comunicação:

- Mídias Sociais: (Facebook, Instagram, WhatsApp – grupos com agentes de saúde);
- Programa de rádio semanal;
- Carro de som (mediante necessidade);
- Aviso de alertas sobre eventos adversos através do número 40199 da Defesa Civil de Santa Catarina.

8. Capacitações

Ao finalizar a elaboração dos Planos Municipais de Vigilância Para Emergências em Saúde Pública – VIGIDESASTRES, as equipes técnicas do município serão capacitadas pela



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Vigilância Sanitária, através da Gerência em Saúde Ambiental, em conjunto com a área competente da Defesa Civil/SC.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

9. Referências

Plano de Contingência para Eventos Extremos da Defesa Civil de Ipuacu, disponível para consulta pública em: <https://ipuacu.sc.gov.br/plano-de-contingencia-de-protecao-e-defesa-civil-plancon/>. Acesso em 21 de nov de 2022.



10. ANEXOS

Anexo I

Lista de equipamentos e máquinas

ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Recurso	Descrição	Quantidade total	Responsável	Contato
Automóvel	Ford Ka Sedan	01	Nelissima Novello	(49) 9 9906-5152
Automóvel	Fiat Strada	01	Nelissima Novello	(49) 9 9906-5152
Automóvel	Cherry QQ	01	Nelissima Novello	(49) 9 9906-5152

CONSELHO TUTELAR:

Recurso	Descrição	Quantidade total	Responsável	Contato
Automóvel	Chevrolet Classic	01	Lucas de Almeida	(49) 9 9832-8335

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL:

Recurso	Descrição	Quantidade total (mediante necessidade)	Responsável	Contato
Kit Acomodação Solteiro	Kit acomodação para solteiro composto por 01, lençol, 01 travesseiro, 01 cobertor, 01 toalha	0	Weslen Augusto Möllmann	(49)99997-4392



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Kit acomodação Casal	Kit acomodação para casal composto por 02 lençóis, 02 travesseiros, 01 cobertor casal, 02 toalhas	0		
Kit Higiene Pessoal	01 Creme Dental, 01 Escova Dental, 01 Antisséptico Bucal, 01 Fio Dental, 01 Estojo Dental, 01 sabonete, 01 Desodorante	0		
Kit para Limpeza doméstica	01 Vassoura, 01 Rodo, 01 Saco de lixo, 03 Panos de Chão, 03 Panos de Limpeza, 02 Palha de aço, 02 Baldes, 02 Luvas de borracha, 01 Álcool, 01 Detergente, 01 Água sanitária, 01 Desinfetante.	0		

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA:

Recurso	Descrição	Qtdd total	Responsável	Contato
Retroescavadeira	Caterpillar416F2	01	Elizeu Oliveira	(49)99813-9095



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Escavadeira Hidráulica	Escavadeira de Esteira Hyundai 180 LC	01	Jucemar Cardoso	(49) 9 9947-7372
Motoniveladora	CASE XCMG	02	Altair O. Maciel Vanderlei Andrino	(49) 9 9978-3199 (49) 9 9967-5252
Carregadeira	Komatsu	01	Ladair Colpo	(49) 9 9997-5932
Caminhão	Cargo 2628 6x4 Prancha (sem rampa)	01	Almiro Turossi	(49) 9 9960-0584
Caminhão	6x2 Basculante	04	Alaerte Guisso Cesar de Paula Emerson Artuso Volnei Tubin	(49) 9 9809-8419 (49) 9 9809-6975 (49) 9 3300-1125 (49) 9 9912-5263
Caminhão	6x4 Basculante	02	Uilson Cunico Clair Soares	(49) 9 9900-5684 (49) 9 9935-6033
Automóvel	Chevrolet Montana	01	Zoziclei M. Mello	(49) 9 9930-6397

SECRETARIA DE AGRICULTURA

Recurso	Descrição	Quantidade total	Responsável	Contato
Escavadeira Hidráulica	Escavadeira de Esteira Hyundai 180 LC	01	Ederson Luiz de Quadra	(49) 99917-8626
Mini Escavadeira Hidráulica	Mini Escavadeira Yanmar VIO45-6B	01	Adenilto Lazarotto	(49)99972-5370
Retroescavadeira	Randon 406 A	01	Emerson de Paula	(49)99920-4020



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Trator de pneus 4x4	MF 4291 LS 100 Plus Agrale 5075.4	03	Vital Peruzzo	(49)99912-0629
Caminhão	Pipa (Doado pelo CBM de SD)	01	Volnei Tubin	(49)99912-5263
Camionete	S10 4x2, cabine dupla (gasolina)	01	Alaércio Palhano	(49)99908-3394

POLÍCIA CIVIL:

Recurso	Descrição	Quantidade total	Responsável	Contato
Camionete	S10	01	Ivan R. Fumagalli	(49) 3449-0035

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA:

Recurso	Descrição	Quantidade total	Responsável	Contato
Veículo	Viatura Chevrolet S10	01	Sargento Marcelo	(49) 9 9976-8063

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

Recurso	Descrição	Quantidade total	Responsável	Contato
Veículo	Chevrolet Spin	01	Juciane Ferri Pavan	(49) 9 9922-1794
Veículo	Ônibus	02		
Veículo	Microônibus	02		

SECRETARIA DA SAÚDE:

Recurso	Descrição	Quantidade total	Responsável	Contato
---------	-----------	------------------	-------------	---------



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Veículo	Ambulância	02	Jair Bianchini	(49) 9 9901-6915
Veículo para transporte de passageiros	Van - 16 passageiros sentados	01		
Veículo para transporte de passageiros	Van - 18 passageiros sentados	01		
Veículo	Renault Logan	02		
Veículo	Chevrolet Spin	02		
Veículo	Renault Kwid	01		
Veículo	Ford Ka sedan	01		

SECRETARIA DE URBANISMO:

Recurso	Descrição	Quantidade total	Responsável	Contato
Veículo	Renault Kwid	01	Indiamara Vizolli	(49) 9 9950-9820
Veículo	Fiat Strada	01	Gilberto Bevilaqua	(49) 99941-3797



Anexo II

Contatos interinstitucionais

Nome	Telefone	E-mail
Clori Peroza Prefeita Municipal	(49) 9 9914-8811	ipuacu@ipuacu.sc.gov.br
Weslen Augusto Möllmann COMPDEC	(49) 9 8415-4147	defesacivil@ipuacu.sc.gov.br
Larissa Orlandi Secretária de Urbanismo	(49) 9 9925-7355	compras@ipuacu.sc.gov.br
Valdecir Cunico Secretário de Obras e Infraestrutura	(49) 9 99495618	obras@ipuacu.sc.gov.br
Edegar Santin Secretário de Agricultura	(49) 9 99952641	obras@ipuacu.sc.gov.br
Nelissima Novello Secretária de Assistência Social	(49) 9 9906-5152	assistencia@ipuacu.sc.gov.br
Raquel Biasotto Secretária da Saúde	(49) 9 9825-8942	saude@ipuacu.sc.gov.br
Juciane Ferri Pavan Secretário de Educação	(49) 9 9922-1794	educacao@ipuacu.sc.gov.br
Indiamara Vizolli Assessora de Finanças	(49) 9 9950-9820	engenharia@ipuacu.sc.gov.br
Julcemar Comachio Procurador Geral do Município	(49) 9 9914-0304	juridico@ipuacu.sc.gov.br
Lucas Gadiel Gonçalves de Almeida	(49) 9 9832-8325	conselhotutelaripuacu2020@gmail.com



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Conselheiro Tutelar		
Adriana Salete Zorzi Fiscal de Vigilância Sanitária	(49) 9 99025124	vigilanciaipuacu@outlook.com
Luciano Peri Coordenador Regional de Defesa Civil	(49) 9 9187-9986	xanxere@defesacivil.sc.gov.br
Walter Parizotto Corpo de Bombeiros Militar	(49) 3382-2260	
Sargento Marcelo Polícia Militar	(49) 9 9976-8063	
Ivan R. Fumagalli Polícia Civil	(49) 3449-0035	fumagalli@pc.sc.gov.br
Ivete Bordignon Presidente da CDL do Município de Ipuacu	(49) 3449-0167	cdl.ipuacu@hotmail.com
Thamara Block Assessor de Imprensa do Município	(49) 9 9812-0114	imprensa@ipuacu.sc.gov.br



Anexo III

ROTEIRO DE INSPEÇÃO PARA ABRIGOS COLETIVOS TEMPORÁRIOS

I - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Nome:	
Endereço:	Telefone:
Responsável	Bairro:
Horário de funcionamento:	Complemento:

II – FATOR MOTIVADOR

VISTORIA	S	N
Vistoria Prévia.		
Vistoria de Rotina.		

III - DA INSPEÇÃO

1 - TIPO DE ABRIGO	Sim	Não	Descrição/Observações
Abrigo Fixo.			Ginásio, clube, Igrejas
Abrigo Móvel.			Tendas, barracas
2- LOCALIZAÇÃO			
Instalado em local de fácil acesso.			Relacionado a estradas, pavimentação, etc.
Afastado de ETE's, Aterros Sanitários, Outros.			Facilitam a proliferação de vetores que podem se deslocar para os abrigos
Em local seguro, livre de alagamentos e deslizamentos.			
Próximo a serviços médicos e de assistência farmacêutica.			



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3 – CAPACIDADE DE ACOLHIMENTO - Dimensões	Sim	Não	Dados: Projeto Esfera ONU,1997
Número de pessoas atendidas - Informar no campo "Descrição".			
Área coberta mínima de 4 m ² /pessoa.			
Área de triagem – 20 m ² .			
Cozinha coletiva (recomendável) - 15 m ² /fogão 6 bocas.			Atende 250 pessoas
Espaço reservado para dormir de 2m ² /pessoa.			
Refeitório – 1,50 m ² /pessoa.			
Banheiros e Sanitários separados por sexo e acesso independente.			
01 chuveiro para cada 25 pessoas.			
01 vaso sanitário para cada 20 pessoas.			
01 lavatório para cada 10 pessoas.			
01 tanque de lavar roupas para cada 40 pessoas.			
Espaço recreativo – 1,50 m ² /pessoa.			
Rampas de acessibilidade para pessoas com deficiência.			
4 – ESTRUTURA FÍSICA – Condições Gerais	Sim	Não	
Oferece condições de segurança – (Sem rachaduras, umidades, etc.).			
Pisos, paredes e teto íntegros (pintura, limpeza, conservação).			
Iluminação adequada.			
Instalações elétricas adequadas.			
Ventilação natural ou artificial ou ambas.			
Insolação Satisfatória.			
Temperatura interna satisfatória.			
Uso anterior (Houve uso para produtos químicos, tóxicos, outros nocivos à saúde).			
5 – SEGURANÇA AO ABRIGADO			
Equipamentos de combate a incêndios (hidras, mangueiras, extintores).			
Saídas de emergência com sinalização apropriada.			



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Orientações para evacuação da estrutura de forma ordenada.			
6 – ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Sim	Não	
Sistema de esgoto com fossa/sumidouro/filtro/valas de infiltração.			
Ligado à rede pública coletora de esgoto.			
7 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Sim	Não	Legislação Aplicada
Ligado à rede pública de abastecimento de água.			Dec. Est. 24.981/85
Água de ponteira, poço, outros – faz tratamento da água.			Art. 12, 17
Possui Caixa d'água () Cisterna () – Informar capacidade.			Art. 12, § 2º
Caixa d'água com tampa e tela (prevenção dengue/zika/chicungunya).			Art. 12, § 2º
Periodicidade de limpeza da caixa d'água.			
Caso necessite reposição de água nos reservatórios, é observada a procedência e parâmetros de qualidade exigidos na legislação.			
Os veículos transportadores de água são usados apenas para essa finalidade.			
Os veículos transportadores de água possuem alvará Sanitário.			
8 – GERENCIAMENTO DO ABRIGO	Sim	Não	
Gerenciamento do abrigo pela Defesa Civil.			
Gerenciamento do abrigo pela Assistência Social ou outros (informar).			
Policiamento presente durante 24 horas por dia.			
9 – ACOMODAÇÃO DOS ABRIGADOS			
A acomodação das famílias observa padrão mínimo de privacidade.			



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

As famílias são alojadas mantendo a disposição de parentesco, vizinhança e outras afinidades que tinham em suas comunidades (Recomendável).			
É previsto espaço para abrigo de animais domésticos fora do abrigo das pessoas (não é admitido presença de animais no interior dos abrigos).			
Existe controle de entrada e saída de pessoas no abrigo.			
9 – ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NOS ABRIGOS	Sim	Não	
Atuação diária da VISA.			Fiscalização água, alimentos, medicamentos, esgotamento sanitário
Atuação diária da VE.			Monitoramento de doenças incidentes
Atuação diária da Atenção Básica.			Atendimento aos abrigados
Atuação das equipes da Atenção Psicossocial.			Atendimento Saúde Mental
Atuação diária da Vigilância Ambiental (Controle de vetores).			Controle vetores e zoonoses
Atuação diária da Educação em Saúde.			Informações básicas de saúde individual e coletiva
Atuação diária da Assistência Social.			
Atuação sistemática das equipes de Educação Física.			
Outras (Informar)			
10 – ALIMENTOS, MEDICAMENTOS, MATERIAIS DE LIMPEZA			
A Gerência do abrigo mantém controle dos alimentos (recebimento, armazenamento, conservação, processamento, etc.).			Recebimento, validade, armazenamento, manuseio, conservação, processamento
O processamento de alimentos é feito com acompanhamento de nutricionista.			Diário / alternado
São repassadas orientações sobre higienização das mãos antes das refeições.			
A Gerência do abrigo mantém controle da entrada de medicamentos.			Recebimento, validade, armazenamento, manuseio, conservação, processamento



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Os medicamentos são mantidos sob estrita guarda e somente dispensados após recomendado por profissional habilitado.			
Os materiais de limpeza, higiene, desinfecção e outros são armazenados e distribuídos regularmente à população abrigada.			
10 – ATIVIDADES DE ROTINA NOS ABRIGOS	Sim	Não	
Organização dos horários para lavanderia e banho.			
É disponibilizada área para escovação e higiene bucal.			Educação Sanitária
Distribuição de tarefas junto aos abrigados para limpeza e higienização das instalações.			
Realização de manutenção nas instalações do abrigo.			
Execução de ações de desratização e desinsetização nas instalações, por pessoal qualificado.			Empresa especializada
11 – GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	Sim	Não	
Disponibilização de lixeiras em quantidade adequadas.			
Disposição de lixeiras e organização dos horários para retirada dos resíduos sólidos dos abrigos para coleta e destino final diário.			
Resíduos sólidos acondicionados em embalagens plásticas devidamente fechadas.			
O tempo de permanência dos contentores nos abrigos é rigorosamente observado.			
12 – MATERIAL INFORMATIVO/EDUCATIVO			
É distribuído material informativo à população abrigada sobre limpeza das habitações, limpeza e desinfecção das caixas d'água e outros.			
A população abrigada recebe informações necessárias para os procedimentos a serem adotados na Volta às Casas (cuidados com choques elétricos, animais peçonhentos, contato com água e lama das inundações, cuidados com acidentes com materiais cortantes, quedas, etc.).			



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

13 – DESMOBILIZAÇÃO DO ABRIGO			
É procedida limpeza geral no abrigo ao final da ocupação.			

OBS.: A Autoridade de Saúde, no exercício de suas atribuições, poderá exigir além dos itens relacionados neste roteiro, outros que se fizerem necessários para garantia da Saúde dos abrigados.

Nome do Responsável	
Autoridade de Saúde:	

DATA: ___/___/____.

ANEXO IV



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE
PÚBLICA (PPR-ESP)**

IPUAÇU

30 anos de emancipação política

Clori Peroza

Prefeita Municipal

Nelson Brisola

Vice-Prefeito(a)

Raquel Biasotto

Secretária Municipal de Saúde

Edegar Santin

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Valdecir Cunico

Secretário Municipal de Infraestrutura

Nelci Nicolao Mocellin

Secretária Municipal de Assistência Social

Renato Samuel Pedroso

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

2022



VIGILANCIA
SANITÁRIA
ESTADO DE SANTA CATARINA

SUV
Superintendência de
Vigilância em Saúde